

CRISE MUNDIAL E A TRAJETÓRIA DO BRASIL, ENTRE 2008 E 2015¹

Resumo

Este texto analisa a conjuntura correlacionando a crise econômica e política brasileira, com a dinâmica da crise financeira do capital mundial. Para os autores, a conjuntura de 2015 resulta da confluência de um triplo movimento, a saber: as limitações do modelo de desenvolvimento brasileiro, dependente da agro-minero-exportação; a subordinação do Estado brasileiro ao “sistema da dívida pública”, um sorvedouro do capital especulativo; e a desestruturação da “hegemonia às avessas” do projeto petista sobre o aparelho de estado.

Palavras-chave: crise mundial; política nacional; economia brasileira; governos petistas; movimento social conservador.

Joaci de S. Cunha

Assessor do CEAS, Prof., Dr. em História Social, Pós-Doutorando Políticas Sociais e Cidadania e coeditor dos *Cadernos do CEAS*;

Maicon Andrade.

Assessor do CEAS, agrônomo e Mestre em Geografia;

Catarina Lopes

Assessora do CEAS e licenciada em Teatro;

Manoel Nascimento

Assessor do CEAS, Advogado e mestrando em Arquitetura e Urbanismo;

Thaianna Valverde

Assessora do CEAS, Advogada e Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

INTRODUÇÃO

Discutir a conjuntura brasileira dos últimos seis anos é o objetivo deste texto, cujo recorte temporal tem uma motivação mais política que metodológica. Esse foi o lapso de tempo em que os Cadernos deixaram de ser publicados. Sem a pretensão de dar conta da complexidade dos processos em curso, propusemo-nos a avaliar as possíveis continuidades e rupturas sociais, econômicas e políticas observáveis no Brasil nesse período. A problemática que orienta a construção desta análise centra-se na articulação entre a crise econômica e política brasileira, explicitada neste ano de 2015, com a dinâmica da crise do capital no plano mundial.

A perspectiva que orienta esta análise parte da hipótese de que a crise mundial traduz dificuldades estruturais, talvez intransponíveis enfrentadas pelo capital para relançar um novo ciclo prolongado de crescimento e que os curtos períodos de ascensão são cada vez mais limitados a certas regiões do planeta, menores em sua duração e, o que é mais grave, a custos da destruição econômica e social de outras regiões e do meio ambiente. Isso se verifica desde o início da década de 1970, no contexto de uma crise clássica de superprodução, quando a

¹ Os autores agradecem a Ângela Borges (coeditora - UCSal) pelas valiosas contribuições, várias delas, incorporadas ao texto.

forma financeira especulativa assumiu a supremacia do processo de valorização do capital. Essa foi, ao lado de uma agressiva precarização do trabalho, a alternativa das classes dominantes para fugir à persistente queda da taxa média de lucro da economia capitalista mundial, problema para o qual o então vigente modelo keynesiano não encontrava solução (MÉSZÁROS, 2000).

Desde então, por um lado, observa-se a desmontagem do estado de bem-estar onde ele fora implantado, a derrocada dos governos socialdemocratas, a reconfiguração dos estados desenvolvimentistas e intervencionistas na periferia do sistema, a flexibilização da legislação social e a precarização do trabalho em todo o mundo. Por outro lado, em todo o mundo, a maior parte da poupança acumulada nas mãos das elites e dos fundos de pensão deslocou-se progressivamente dos investimentos produtivos para a esfera financeira. Nessas décadas, a mundialização do capital financeiro ensejou a proliferação de todo tipo de mercados especulativos, tornando o modo de produção capitalista cada vez mais rentista e ampliando consideravelmente o risco de crises sistêmicas.

Na Ásia, desde o final da década de 1970, a China desenvolveria um tipo específico de capitalismo a partir das reformas econômicas desencadeadas por Deng Xiaoping, comandado por um governo central de partido único (Partido Comunista Chinês) e centrado, na sua primeira fase, na produção de mercadorias a baixo custo. O sucesso dessa experiência transformou a China no maior fornecedor de manufaturados para o mundo e especialmente para o Ocidente, que para lá transferiu suas fábricas. Os EUA se tornaram os maiores compradores dos produtos chineses e estes os maiores investidores em títulos da dívida pública estadunidense. O Brasil por sua vez, depois de décadas de industrialização, voltou-se para a China, retornando a sua condição histórica de exportador de produtos primários, minerais e agrícolas, demandados pelo intenso crescimento asiático.

Entre 2003 e 2013, o Brasil viveu um período de relativo crescimento puxado pelo capitalismo chinês e potencializado pela expansão do mercado interno, estimulada pela valorização real do salário-mínimo, transferências de renda, ampliação do crédito ao consumo e pelos investimentos públicos. Em conjunto, esses fatores viabilizaram a inclusão de largos segmentos da população pobre ao mercado consumidor de bens duráveis e de serviços, o que representou um claro ganho de bem-estar, com forte impacto político-eleitoral no período. Porém, com o aprofundamento da crise mundial, que trouxe a China para uma situação

clássica de superprodução, enquanto EUA e Europa se debatem com os efeitos de uma plethora de capital especulativo, o Brasil volta a viver uma grave instabilidade econômica e política.

Partindo desse enquadramento, esta análise de conjuntura compreende as linhas gerais da crise em curso no Brasil, necessariamente, a partir das relações do país com a esfera do capitalismo mundial. Sinteticamente, **a hipótese** aqui desenvolvida sugere a conjuntura brasileira, em 2015, como resultante da confluência de um **tríplo movimento**: a) as limitações do modelo de desenvolvimento baseado no capital agrário impactado pelo início da fase descensional do ciclo de crescimento chinês; b) o aprisionamento do Estado ao sistema da dívida pública, como mecanismo de valorização do capital financeiro especulativo, mundialmente hegemônico e do qual o Estado brasileiro também é refém; e, c) o processo de desestruturação da “hegemonia” política petista, do qual a atual crise política é apenas um momento específico.

Conceitualmente, hegemonia pressupõe, além de clareza sobre o projeto de sociedade almejado, capacidade para convencer e dirigir aliados e camadas sociais afins a apoiarem-no (Gramsci, 1987). Isto que foi pensado para um projeto de classe, em termos gerais, vale também para um projeto de governo capitalista, de tipo sócio liberal, como o que propôs o PT, e que foi chamado por Francisco de Oliveira (2010), de “hegemonia às avessas”, isto é, um governo em que parte ‘dos de baixo’ dirige o Estado executando essencialmente o programa ‘dos de cima’, mas, assegurando àqueles algumas concessões em termos de políticas públicas. O que vivemos em 2015, com a crise em curso, é a desmontagem dessa fórmula de hegemonia? A resposta a esta questão exige uma reflexão mais ampla dos processos em curso nos últimos anos.

ANALISANDO A CRISE MUNDIAL

Entre junho de 2003 e julho de 2008 ocorreu o maior ciclo de expansão da economia nacional desde 1980, quando a crise mundial provocou a insolvência da dívida externa brasileira. Embora com potencial semelhante ao dos anos de 1980, a crise mundial de 2008, no Brasil, foi amenizada por um pacote de estímulo ao consumo, que limitou a recessão a um período de seis meses, mas impediu o país de crescer em 2009.

O contexto brasileiro no início da crise

Em 2008, as políticas fiscal e monetária seguiam às adotadas no primeiro mandato do presidente Lula (2003-06), sob a direção da dupla Palocci-Meirelles. Seus resultados agradavam o mercado e vinham possibilitando um nível de confiança e estabilidade econômicas inimagináveis para um governo petista.

O conjunto dos indicadores econômicos não podia ser melhor. A inflação permanecia em patamares aceitáveis, chegando a registrar o índice de 2,9% em março de 2007 no acumulado de 12 meses, isso depois de ter chegado a 17% entre abril de 2002 e maio de 2003, entre o final do governo FHC e o início da era petista. A renda da população crescia, lastreada no avanço do poder de compra do salário-mínimo (33% do PIB), nos valores distribuídos pela previdência social (8% do PIB) e pelos programas de distribuição de renda, algo como 0,3% do PIB (BENJAMIN, 2008). Como consequência a pobreza e a miséria decresceram em 50%, entre 2003 e 2008. Na ponta do capital, aumentaram em 25% os investimentos, passando de 15,3% do Produto Interno Bruto para 19,1% no mesmo período.

Vê-se, portanto, que as melhorias no quadro econômico e social desse período, ao tempo em que foram facilitadas pelos setores internos ligados à produção e exportação de *commodities*, também foram tributárias das políticas de elev renda média do trabalho e da promoção do consumo das classes populares.

O quadro econômico desse período era ainda marcado por significativos investimentos governamentais, farto financiamento público subsidiado para os grupos monopolistas nacionais e pela entrada de capital estrangeiro no Brasil, tanto especulativo, atraído pelas altas taxas de juros, quanto em investimentos diretos, buscando atender a demanda interna e, principalmente, visando controlar fontes de matérias-primas minerais e agrícolas. No campo, o capital estrangeiro avançou, adquirindo grande quantidade de terras. Conforme o Incra, até 2010, cerca de 4,2 milhões de hectares tinham sido comprados por grupos internacionais. Já a *Folha de S. Paulo* registrou que “Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora”; no período de dois anos e meio, os estrangeiros adquiriram 1.152 imóveis, num total de 515,1 mil hectares. E ainda que 69% das terras sob controle de estrangeiros estão concentradas nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, a principal faixa de estrangeirização da propriedade da terra no país (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

Observava-se ainda no cenário de 2008 uma contínua apreciação do real em relação ao dólar. Isso beneficiava os consumidores que tinham acesso facilitado aos produtos importados, mas impunha limites à produção local, principalmente, às exportações de manufaturados brasileiros. O ápice desse processo ocorreu, em abril de 2008, quando o país recebeu o grau de investimento (*investment grade*) conferido pela *Standard & Poor's*, agência inglesa de classificação de risco, voltada para os investidores externos. Nesse contexto, escândalos de corrupção não tinham apelo junto à população ou relevância política maior. De fato, a imagem externa do país melhorava. Nesse contexto, Barack Obama chamaria o presidente Lula, em tom de galhofa, de "o político mais popular do planeta" e o apontaria como *That's my man*, algo como "esse é o cara".

Epicentro: os EUA e a saída para dentro

E então, eis que “Ela, a tal”, se apresenta.¹ A crise financeira mundial, em setembro de 2008, traz em sua esteira um conjunto de consequências para a política e para a economia, inicialmente nos países mais industrializados do Norte, e se espalharia por todo o planeta. Já em 2007, como num terremoto, a crise financeira emitiu seus primeiros sinais, quando o HSBC, em fevereiro, revelou perdas enormes no mercado de hipotecas dos EUA e o banco francês, PNB Paribas, anunciou, em agosto, que três dos seus fundos de investimento de alto risco (fundos *hedge*) foram congelados devido à sua exposição ao mercado estadunidense de *subprime*.² De imediato, o Banco Central Europeu injetou 170 bilhões de euros no setor bancário, marcando o início do socorro estatal à oligarquia financeira.

Em 2008, “a tal” chega de vez ao mercado dos EUA. Em bancarrota, o banco Bear Stearns foi resgatado pelo rival JP Morgan Chase, com garantias de US\$ 30 milhões do Tesouro. A situação já era grave o bastante a ponto de o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontar a possibilidade de a crise causar perdas da ordem de US\$ 1 trilhão. Não sem razão, na mesma semana, as duas principais empresas de hipotecas nos Estados Unidos, Fannie Mae e Freddie Mac foram resgatadas com dinheiro público, numa tentativa de evitar o colapso do mercado imobiliário do país, e, no dia seguinte, o Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos EUA, perdeu quase metade do seu valor na bolsa Nova York. O dia 15 de

¹ Editorial dos *Cadernos do Ceas*, n. 229, 2008.

² Designa uma forma de crédito hipotecário, de alto risco, comum no setor imobiliário dos EUA até a crise de 2008/11, concedida a pessoas que não ofereciam garantias suficientes. Muitos títulos do sistema financeiro tinham como garantia carteiras contaminadas com tais créditos (“podres” ou “tóxicos”). Na crise, as instituições que especulavam com empréstimos *subprime* ou que tinham suas carteiras lastreadas nesses títulos viriam a falir ou a ser salvas pelas mãos complacentes dos Estados.

setembro de 2008 passou à história financeira como o dia em que o Lehman Brothers quebrou. O Merrill Lynch caminhava na mesma direção. Mas, ao contrário do primeiro, foi salvo pelo Bank of America, que, a expensas do erário, desembolsou US\$ 50 bilhões para adquiri-lo (CRONOLOGIA da crise, 2009).

A falência do gigante Lehman Brothers arrastaria o mundo inteiro para a crise. Com uma dívida total de US\$ 778 bilhões, seus ativos (avaliados em US\$ 639 bilhões) não eram suficientes para cobri-la. Mas esses eram apenas os primeiros tremores, outros estavam por vir, embora estremecimentos financeiros tenham placas tectônicas mais maleáveis que as de natureza geológica.

A maleabilidade dessa crise financeira, ao contrário de 1929, estava justamente na generosidade dos Estados e na rápida articulação da ação dos seus governos e Tesouros ao redor do planeta, sempre a postos para salvar da quebra as instituições que poderiam fazer ruir todo o edifício da especulação. Assim, o Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, socorreria com US\$ 180 bilhões a AIG, seguradora que emitiu garantias de crédito para empréstimos de *subprime*. A AIG contava com cerca de 30 milhões de segurados nos EUA, atuava à época em 130 países e garantia apólices para mais de 100 mil empresas. Por isso mesmo, no entender do Fed, era grande demais para quebrar. Esse socorro buscava evitar o *tsunami* financeiro global e acomodar essa placa tectônica, em que pese a persistência de alguns tremores nas bolsas de valores, que registraram a maior queda em três anos, e a continuidade da volatilidade financeira.

Nos EUA, o Washington Mutual, um gigante do setor de hipotecas, com US\$ 307 bi em ativos, foi fechado por agências reguladoras e comprado pelo JP Morgan Chase. Nesse contexto, com a ameaça de mais um forte terremoto, o Tesouro dos EUA assumiu os custos da especulação desenfreada, comprando os “ativos podres” existentes nas carteiras das instituições financeiras privadas, destinando US\$ 850 bilhões (6% do PIB) para esse fim (Lei de Estabilização Econômica de Emergência), reafirmando a saída pata dentro, e preservando intacta a estrutura básica da especulação.

Europa e Brasil

Também na Europa a resposta foi imediata e na mesma direção. A Alemanha aprovou um pacote no valor de 500 bilhões de euros (US\$ 683 bilhões), a França se comprometeu com 350 bilhões de euros (US\$ 500 bilhões) e a Espanha alocou 100 bilhões de euros (US\$ 143 bilhões), destinados em grande parte a garantir empréstimos interbancários. Em conjunto, os

principais bancos centrais do mundo afirmaram que ofereceriam às instituições financeiras um valor ilimitado em empréstimos de curto-prazo para aliviar a crise.

No Brasil, ainda em 2008, o governo Lula reagiu à crise, estimulando a economia com um pacote de clara inspiração keynesiana. De imediato, cortou impostos com o objetivo de injetar R\$ 4,8 bilhões na economia, reduzindo o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras de automóveis, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o consumo e reajustando a tabela do Imposto de Renda. Na construção civil, em 2009, liberou R\$ 3 bilhões com recursos do FGTS. Para aumentar a liquidez dos bancos, o governo fez reduções sucessivas dos depósitos compulsórios. Em janeiro de 2009, o Banco Central do Brasil começou um processo de redução da taxa básica de juros, que estava em 13,75% ao ano. Em julho, os juros chegariam a 8,75%, o menor nível da série histórica iniciada em 1996 (CRONOLOGIA da crise, 2009).

Nos EUA e na Europa, o dinheiro público, além de salvar da falência a maioria das instituições que provocaram a crise, foi também responsável por financiar a recuperação dos danos causados às economias nacionais por esses terremotos. Em fevereiro de 2009, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o plano de recuperação econômica apresentado pelo presidente Barack Obama, destinando mais US\$ 787 bilhões para financiar a retomada do crescimento.¹ Já em março, o índice da Bolsa de Nova York começa a se recuperar.

A estratégia de **alimentar o sistema com recursos públicos** foi reafirmada dois meses depois, na cúpula do G-20, quando os líderes mundiais destinaram US\$1,1 trilhão ao Fundo Monetário Internacional, sendo US\$ 750 bilhões para o FMI reforçar sua ação junto ao sistema financeiro global e US\$ 250 bilhões para impulsionar o comércio mundial e combater o protecionismo. Finalmente, em agosto, França, Alemanha e Japão começam a sair da recessão, registrando crescimento econômico pela primeira vez depois da crise. O fortalecimento das exportações e o aumento no consumo, combinados com pacotes de estímulos dos governos, contribuíram para a recuperação econômica dos países hegemônicos da economia mundial. Nesse momento, os representantes do capital desfrutaram, aliviados, das benesses do Estado interventor em seu formato máximo, revelando o real significado do princípio liberal da não intervenção estatal no domínio econômico. A saída para dentro, de fato, foi o caminho tomado pelos donos do capital financeiro, frustrando as expectativas do

¹ A vitória do republicano e o fato de ser o primeiro negro a ocupar a Casa Branca, B. Obama, podem ser vistos como resultado político da crise que impactou fortemente a sociedade estadunidense (*Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 229, 2008).

historiador Eric Hobsbawm (nascido em 1917) que, nos anos de 1930, após a grave crise de 1929, assistiu a guinada da burguesia em direção ao estado regulador. Para esse marxista inglês, de 2008 em diante, falar-se-ia mais de John M. Keynes e menos de Milton Friedman e Friedrich Hayek, e de uma forma ou de outra, o Estado teria um papel maior na economia, sendo o instrumento “que orientará, organizará e dirigirá também a economia privada. Será muito mais uma economia mista do que tem sido até agora” (HOBSBAWM, 2008). Desse prognóstico, só se verificou a intervenção estatal para arcar com os custos da especulação e assegurar a continuidade da farra financeira.

De todo modo, a crise se prolongaria chegando aos demais países do mundo, em tempos e ritmos diferentes, conforme a região. No Brasil, em que pese a interrupção do crescimento em 2009, as medidas anticíclicas tomadas pelo governo Lula possibilitaram voltar ao ritmo de crescimento anterior nos anos seguintes. Em 2010, sem maiores dificuldades foi possível eleger a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para um terceiro mandato presidencial do PT. Todavia, ao longo do segundo mandato de Dilma, os impactos da crise mundial se espalharam, afetando também a China, já considerada o maior parceiro comercial do Brasil, que, na sequência, também sentiria seus efeitos.

China: da onda ao risco

Antes de desacelerar, a China vinha crescendo velozmente desde 1976. O outrora império feudal do século XIX, de economia avessa às trocas mercantis com o mundo industrializado, nas últimas décadas do séc. XX construiu uma base industrial complexa e moderna e tornou-se o principal parceiro comercial de muitos países na América Latina, África e Ásia.

Mais recentemente, os movimentos econômicos da China fizeram-na o maior credor da dívida pública estadunidense, ao mesmo tempo em que estendeu sua influência à África e à América Latina. Nesses continentes, a China busca fontes de matérias-primas, e expansão do mercado para suas empresas, em processo inicial de internacionalização. Os chineses ensaiam também a conversibilidade financeira de sua moeda, o *yuan*, realizando acordos de troca de moedas (*swaps*) com seus parceiros comerciais mais importantes. O ainda mais rápido crescimento chinês, entre 2000 e 2011, sempre acima de 8%,¹ valorizou as matérias-primas produzidas na América Latina e na África e reduziu os preços dos produtos manufaturados, invertendo nesse período os termos de intercâmbio do comércio internacional, favorecendo o crescimento econômico em países latino-americanos e africanos.

¹ Cf. *Index Mundi*, em: <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=ch&v=66&l=pt>>. Acesso em: 10 out. 2015.

Todavia, nos últimos anos o crescimento chinês arrefeceu. O Brasil perdeu receitas importantes em suas exportações. Chile, Colômbia, México, África do Sul e Indonésia também enfrentam dificuldades, e até os produtores de commodities minerais na China sofreram. A China há três anos produzia 350 milhões de toneladas de minério de ferro, em 2014 reduziu para 240 milhões de toneladas, devendo estar abaixo de 200 milhões em 2015, aposta Murilo Ferreira, presidente da empresa Vale do Rio Doce (FERREIRA, 2015). Como resultado, o crescimento do PIB de 2014, anunciado em 7,4%, foi revisado para 7,3%, totalizando 63,6 trilhões de *yuans*, ou US\$ 10 trilhões, uma queda de 32,4 bilhões de *yuans* em relação ao anúncio anterior. Mas analistas acreditam que a queda pode ter sido maior. Para 2015, o país prevê crescimento do PIB de 7%, em comparação a 2014, podendo ser ainda menor. No primeiro semestre deste ano, essa previsão, que é a expansão mais lenta em seis anos, se confirmou. Nos últimos meses, o governo chinês lançou uma série de medidas para reavivar o crescimento, incluindo corte das taxas de juro de referência, diminuição da quantidade de depósitos que os bancos devem manter em reservas e desvalorização da moeda do país.¹ Isso, todavia, não impediu que o PIB do trimestre encerrado em setembro tenha caído a 6,9% em relação ao mesmo período de 2014.

Segundo Michael Pettis, respeitado estudioso da China atual, a desaceleração da economia chinesa tem a ver tanto com o seu país, quanto com a economia mundial, que é inevitável e nada tem de surpreendente.² Para ele, essa situação já se repetiu algumas vezes na história da industrialização de nações emergentes, a exemplo da URSS nos anos 1950, do Brasil nos anos 1960 e 1980 e do Japão nos 1980. De fato, a história registra que o crescimento nas economias **emergentes** tende a ser marcado por "descontinuidades" mais do que nos países centrais. No caso da China, a questão é saber se ocorrerá uma desaceleração suave do patamar acima de 10% para uma expansão moderada, mais próxima da média mundial.

Para o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, a China vai enfrentar uma transição difícil. As causas imediatas da desaceleração econômica recente se ligam às medidas de enfretamento da última crise global. Depois de 2008, "a taxa de investimento no Império do Meio continuou flertando com 50% do PIB", compensando a queda do investimento industrial nos países centrais, mas isso gerou **capacidade produtiva excedente**, particularmente, nos setores de alta e média tecnologia, além de forte expansão do crédito, endividamento do setor privado e

¹ CHINA reduz crescimento do PIB de 2014 de 7,4% para 7,3%. *Valor Econômico* (Online), 7 set. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/>>. Acesso em 02 out. 2015.

² PETTIS, Michael. Entrevista. *Folha de São Paulo*, 30 ago. 2015. Trata-se de um professor da Universidade de Pequim.

das empresas provinciais. Foi nesse ambiente que ocorreu a turbulência nas **bolsas chinesas**, com a queda de 30% do valor das ações.

Para Zhang Weiwei, professor de Relações Internacionais na Universidade Fudan, de Xangai, autor do *best-seller The China wave: rise of a civilizational state* e atento observador do seu país desde os tempos da revolução Cultural, a região mais desenvolvida da China abriga uma população de 300 milhões de habitantes, próxima à população dos EUA, e “[...] em vários aspectos equivalente aos países mais desenvolvidos, tanto na prosperidade geral quanto na expectativa de vida”.¹ Todavia, esses relatos nada dizem sobre o alto grau de exploração do trabalho na China, o real segredo do progresso capitalista nesse país e que tem gerado greves operárias em milhares de fábricas, tendo como marco maior a da Honda (2010), em Foshan, paralisando toda a produção, e os casos de suicídios na Foxconn, fabricante de componentes para a Apple, HP e Motorola (NABUCO, 2012).²

Ao que parece, o desafio da China não é só econômico, mas também político. Até que ponto a ambiguidade do sistema de partido único – com intervenção estatal ativa na economia, buscando planificá-la e, onde inexistente o direito de herança –, poderá conviver com a iniciativa privada, nacional e estrangeira, em parte significativa da economia sem que a burguesia possa ser representada diretamente nos órgãos estatais de poder? E pela outra ponta do sistema social, como as demandas e as lutas das classes trabalhadoras serão absorvidas (ou não) pelo Estado e com que desdobramentos políticos? Seguramente o desenlace dos enigmas chineses (econômico e político) vai moldar o mundo nos próximos anos.

GOVERNO DILMA (2011-2014) E A CRISE MUNDIAL

Em 2011, Dilma assumiu a chefia do executivo federal num contexto internacional alterado pela crise global. A estratégia do seu primeiro mandato, ao manter as linhas gerais do segundo governo Lula, não dimensionou satisfatoriamente a reversão do ciclo econômico expansivo da economia mundial, justamente, quando os problemas causados pela crise eram evidentes nos centros dinâmicos do capitalismo global, especialmente, nos EUA e, logo depois, na China. O

¹ Publicado originalmente em *Europe's World*. Disponível em: <<http://goo.gl/Pv8tn>> apud <http://grabois.org.br/beta/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=10958>. Acesso em: 23 set. 2015. Título do livro: *A onda chinesa: a ascensão de um Estado civilizacional*. (tradução nossa).

² CHINA: o beco sem saída da esquerda versus crítica destrutiva? *Passa Palavra*, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2014/11/101018>>. Acesso em 14 out. 2015; RUCKUS, R.; BARTHOLL, T. (Org). *China: avanço do capital e revolta na nova fábrica do mundo*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014.

seu governo buscou, então, acelerar os investimentos financiados pelo Estado brasileiro e manter os incentivos ao consumo como tentativa de descolamento do Brasil em relação à crise. Todavia, a economia mundial tendeu a reduzir a demanda pelos principais produtos de exportação do Brasil, assim como seus preços tenderam a cair, a exemplo do minério de ferro e do petróleo.¹ Em função disso, verificou-se, progressivamente, redução dos saldos da balança comercial e um crescimento do *déficit* na conta de transações correntes, o que acabaria, inevitavelmente, por afastar investidores e forçar a redução do ritmo interno da atividade econômica. Enfim, Dilma manteve a linha de enfrentamento da crise adotada por Lula, num contexto em que nem a demanda externa nem as condições financeiras do Tesouro eram mais as mesmas. Sua política econômica perseverou na política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato, câmbio desvalorizado e redução de impostos para setores específicos, como automóveis e eletrodomésticos.

Sem flexibilizar a política econômica, o governo Dilma teve que enfrentar uma nova onda de abalos nas bolsas de valores de todo o mundo. Esses novos sustos prenunciavam as crises das dívidas públicas dos países centrais e ameaçava a tímida recuperação econômica mundial pós 2008. Os abalos secundários de 2011 confirmavam a natureza sistêmica da crise, sua longa temporalidade, e podem ser vistos como consequência direta das medidas tomadas há dois anos para salvar os bancos e as instituições financeiras que especularam com títulos podres, num movimento global de acumulação fictícia. Tendo em vista que o salvamento dos especuladores ocorreu via o endividamento público dos Estados ao redor do planeta, despejando enormes quantidades de dinheiro público em operações de compra de títulos irrecuperáveis, esses Estados agora se curvam em face das dívidas privadas tornadas estatais naquelas operações. Com esses novos abalos, as prescrições dos que acreditaram, após 2008, no retorno das políticas keynesianas e na volta do Estado regulador do mercado para pôr um fim à fase especulativa do capital, foram substituídas pelas tradicionais teses liberais, focando a saída da crise na redução do Estado e no ajuste fiscal.

Novos efeitos da especulação

Assim, entre 2010 e 2011, depois de a crise ser transferida para o setor público, tratava-se de apresentar a conta à sociedade. Soou, então, a hora dos ajustes fiscais, dos cortes nos gastos e nos serviços públicos, entre outros. Destarte, as classes trabalhadoras, independente do

¹ O minério de ferro que chegou a ser cotado a U\$ 150 a ton. voltou para o patamar de U\$ 60, enquanto o barril de petróleo passou a girar em torno de U\$ 50, depois de alcançar U\$ 150.

continente em que se encontravam, foram intimadas a quitar a fatura da acumulação fictícia. Os assalariados, na Europa e nos Estados Unidos, já penalizados com o desemprego e o endividamento, foram chamados a abrir mão das garantias sociais que haviam conquistado em décadas de lutas. Na Grécia, Espanha, França, EUA, Inglaterra, Itália explodiu, nas ruas, a insatisfação dos que vivem do trabalho, sobretudo dos mais jovens, depredando prédios públicos, incendiando casas e carros, marchando e ocupando praças pelas principais cidades e capitais. Como sempre ocorre nesses momentos de revolta popular, o aparato repressor impôs a paz do capital, contudo, sem evitar um sentimento latente de insatisfação.

Não era para menos, afinal a ofensiva do capital buscava extrair dos fundos públicos os recursos necessários para dar continuidade a especulação. Os mesmos organismos de poder que socializaram os prejuízos privados da oligarquia financeira, em 2008, buscavam impor aos Estados periféricos, e também no coração do capitalismo, o pagamento de dívidas juridicamente questionáveis, destinando empresas públicas e recursos oriundos da tributação sobre os trabalhadores e a sociedade, ao capital financeiro especulativo. Por isso, os porta-vozes desses interesses nos grandes aparelhos midiáticos entoavam, uníssonos, o mantra do ajuste fiscal, dos cortes nos gastos públicos, da redução dos salários e aposentadorias, da cobrança pela saúde e pela educação, enfim, da completa privatização dos serviços públicos. Nesse momento, ao contrário de 2008, passaram a exigir o Estado mínimo, deixando claro que a crise de 2008 não alteraria o padrão de funcionamento da especulação; pelo contrário o tornou mais perverso, dando razão aos que realçavam o grau de hegemonia política alcançado pelo capital especulativo fictício (PAULANI, 2009).

Enquanto a crise sistêmica seguia alhures seu desenvolvimento em ritmo e intensidade variados, o Brasil, entre 2010 e 2013, continuou recebendo volumes expressivos de investimentos, tanto produtivos quanto especulativos, e manteve elevadas suas reservas internacionais. Por isso mesmo, o primeiro governo Dilma Rousseff pôde engavetar as propostas de ajuste fiscal, de reforma trabalhista e previdenciária, e de redução dos gastos sociais como forma preventiva de se preparar para dias piores, como defendiam os arautos do capital financeiro e a oposição, identificada com os interesses desse segmento. Por outro lado, o país manteve a política de facilidades ao capital financeiro, evitando adotar qualquer mecanismo de controle sobre seus movimentos especulativos, ao tempo em que permitia a dívida pública crescer muito rapidamente.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO E SISTEMA DA DÍVIDA

O fato de a crise econômica, na atual conjuntura, ser alimentada e inflada pela crise do sistema político, não significa que o modelo de desenvolvimento não seja corresponsável pelos problemas atuais, especialmente, no que diz respeito ao agravamento da crise fiscal, cujo termo oculto seguramente é a avassaladora transferência de recursos do setor público para o capital financeiro, mediante o mecanismo da dívida pública. Isso vem contribuindo, desde 2013, para a redução dos saldos na Balança Comercial, de modo que o país volte a viver uma situação de vulnerabilidade externa.¹

A resposta oficial a esse quadro, todavia, foi crescentemente recorrer ao receituário neoliberal dos ajustes fiscais e elevação da taxa de juros, que voltam a subir, em março de 2013.² Desde então, os cortes de despesas orçamentadas vêm se sucedendo e os juros subindo, até fechar 2014 em 10,5%. O patamar atual é de 14,25%, o mais elevado do planeta, evidenciando o compromisso oficial com os interesses do capital financeiro. Com isso, cresce ainda mais a parcela do orçamento comprometida com a dívida. No Brasil, em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, ou 45,11% do orçamento executado, bem mais que os R\$ 718 bilhões (40,30%) gastos no ano anterior (ÁVILA; FATTORELLI, 2014).³

Em que pese o volume absurdo dessas transferências líquidas ao capital financeiro, o endividamento público não para de crescer. Por volta de 1994, a dívida brasileira era menos

¹ Segundo o FMI, a dívida total do setor público, em 2013, correspondia a 68% do PIB; para o governo, seria 58%. Em 2015, estaria entre 65% e 70% do PIB, maior do que Argentina (50%), Chile (17,9%), México (51%), Rússia (17%), África do Sul (48%), Turquia (32%) e Venezuela (30%), porém inferior à Grécia (162%), Irlanda (104%) e ao Japão (246%). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/ministro-entrega-projeto-do-orcamento-de-2016-ao-congresso.html>>. Acesso em: 22 out. 2015.

² Ver evolução da taxa de juros no 1º governo Dilma, em <http://www.g1.globo.com/2Feconomia%2Fnoticia%2F2014%2F04%2Fcopom-sobe-juros-para-11-ao-ano-acima-do-nivel-do-inicio-do-governo.html&psig=AFQjCNH4IqBHax1ivdzE-ZjcQb52vb41VA&ust=1447076927339665>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

³ O critério utilizado pelos autores soma as parcelas informadas pelo governo a título de “juros” e “amortizações”, no total de R\$ 978 bilhões, por duas razões. Conforme vem sendo denunciado desde a CPI da Dívida Pública, em cada ano, o governo vem deixando de computar grande parte dos juros nominais, classificando-a como “amortizações”. O valor total se compõe conforme segue: 1) da parcela informada a título de “Juros e Encargos da Dívida” foi de apenas R\$ 170 bilhões; 2) da parcela informada a título de “Amortizações da Dívida”, ou seja, o pagamento do principal, que foi de R\$ 808 bilhões; todavia, tal valor está inflado pela atualização monetária de toda a dívida, que deveria fazer parte dos juros, pois de fato é parte da remuneração dos títulos, mas está sendo contabilizada como se fosse “amortização”.

de 80 bilhões de reais. Em agosto de 2015, ela ultrapassou os R\$ 3,6 trilhões de reais. Pelos cálculos de Fattorelli, mais de 90% dessa dívida é de juros sobre juros.

Esse endividamento, que tecnicamente é uma forma adicional de financiamento do Estado, deveria ter uma contrapartida real para o país. Todavia, a dívida pública se transformou num sistema utilizado “como veículo para desviar recursos públicos em direção ao sistema financeiro”, explica Maria Lucia Fattorelli, fundadora do movimento *Auditoria Cidadã da Dívida* no Brasil (FATTORELLI, 2015).

Em 2015, o agravamento da crise econômica e a redução das receitas federais tornaram os cortes orçamentários ainda mais insuficientes para honrar os compromissos com a dívida. Assim, a redução nos gastos primários (ou todos os gastos da União em saúde, educação, salários, previdência, exceto juros), não tem conseguido gerar *superávit* primário (uma sobra da arrecadação) que possibilite pagar, por este meio, parte dos juros da dívida pública. Nessa crise e com o agigantamento da dívida, apenas uma parte cada vez menor dos juros vem sendo paga com o que é retirado dos gastos primários. O governo, por isso, passou a emitir dívida nova para pagar os juros, está transformando juros em capital, sobre o qual vai incidir mais juros. Enfim, voltamos a cair num ciclo de endividamento baseado em juros sobre juros, algo “ilegítimo” sob vários aspectos, tanto na América Latina, quanto na Europa (CHESNAIS, 2012a).

Evidentemente, esse problema tende a explodir, sobretudo se a economia não voltar a crescer, apesar das significativas reservas externas do país (US\$ 350 bilhões). O mesmo ocorrerá se os credores se recusarem a realizar a rolagem dessa dívida. O que por ora não ocorre, justamente em função das altas taxas de retorno e das reservas citadas. Além disso, a dívida elevada funciona como justificativa para um contínuo processo de privatização, um meio estratégico do capital financeiro especulativo em se proteger dos riscos da acumulação meramente fictícia do mercado de títulos. Não foi a toa que Dilma privatizou, recentemente, os principais aeroportos do país. Na Grécia, caso limite, o dano provocado pelo “sistema da dívida” chegou a usar o desemprego em massa entre as mulheres para expandir ainda mais os cortes de gastos sociais exigidos pelo ajuste fiscal imposto pela *troika* (Banco Central Europeu, FMI e Banco Mundial). Nesse país, os “serviços de creches, assistência social e até certos serviços de saúde deixaram de ser prestados pelo Estado, sob a justificativa de que se as mulheres estavam em casa, elas assumiriam tais serviços” (FATTORELLI, 2015).

Mas no Brasil, quem são nossos credores? Os brasileiros não sabem exatamente. Nem mesmo para a CPI da Dívida Pública, que funcionou no Congresso Nacional, entre 2009 e 2010, o Banco Central informou quem são os detentores da dívida pública brasileira. Conforme Fattorelli (2015), a autoridade monetária, inicialmente, respondeu que não sabia os seus nomes porque esses títulos eram vendidos em leilões. Posteriormente, alegou que tal informação não podia ser fornecida porque era protegida pelo sigilo bancário. Revogara, portanto, a lei da transparência para preservar os nomes dos que levam quase metade dos impostos recolhidos na sociedade pela União.

Todavia, os títulos da dívida emitidos pelo Tesouro Nacional são comprados diretamente por meio dos leilões realizados pelo Banco Central, onde poucas instituições são credenciadas a participar. São os chamados *dealers*, um seletivo grupo de bancos nacionais e estrangeiros, cujos membros, às vezes, de seis em seis meses, têm alguns dos seus integrantes alterados. Isso não ocorre somente aqui. Conforme Comparato (2015), em contundente denúncia do rentismo, os mercados mundiais de câmbio, juros e valores mobiliários são controlados por apenas 28 bancos.

No Brasil, os maiores bancos estrangeiros estão sempre presentes: Citibank, BNP Paribas, Credit Suisse, Goldman Sachs do Brasil (Banco Multiplus S.A.), J.P. Morgan, Bank of American (Merrill Lynch), Banco Morgan Stanley, BTG Pactual e o Deutsche Bank, além dos nacionais: Bradesco, Itaú-Unibanco, Safra, Santander (Brasil) S.A e Banco do Brasil. Em outros momentos, aparecem também o Banco Votorantim e a CEF (BANCO CENTRAL; BRASIL. Receita Federal). Assim, essas corporações são os principais credores da dívida brasileira, mesmo que posteriormente repassem parte desses títulos às demais instituições do mercado financeiro. Afinal, os *dealers* não se desfariam da maioria dos títulos que pagam as mais altas taxas de juros do mercado mundial. Mas, conforme Fattorelli, isso é tudo o que se sabe.

Por esses caminhos, a dívida pública vem assegurando ao capital financeiro o saque contínuo da mais-valia apropriada pelo Estado na forma de tributos, além de ciclos sucessivos de privatizações do patrimônio estatal. A hegemonia desse setor impõe ainda as prioridades econômicas dos governos e estados, onde se destaca um direcionamento cada vez maior da economia brasileira para uma inserção mundial baseada na produção e exportação de matéria-prima mineral e *commodities* agrícolas.

A coluna agro-minero-exportadora

Em termos estratégicos, as prioridades dos governos Lula e Dilma combinaram a ampliação do mercado interno de massas e as grandes obras de infraestrutura – que beneficiam o setor exportador e o agronegócio – ao tempo em que garantiram a acumulação financeirizada do capital. Ao lado disso, introduziram desonerações fiscais e financiamentos seletivos e subsidiados, através do BNDES, para diversos setores do capital industrial, inclusive para as multinacionais automobilísticas; financiou fusões de corporações nacionais e a internacionalização de grupos monopolistas nacionais da construção pesada, combustíveis vegetais e no setor de alimentos.¹ Enfim, o BNDES, como na Ditadura e nas privatizações da era FHC, cumpriu o papel de apoiar o desenvolvimento capitalista através do endividamento público, ou seja, financiado pela sociedade.

Por outro lado, esses governos ao intensificarem o capitalismo agrário, priorizando a produção de *commodities*, relançam uma nova onda de “acumulação primitiva do capital”, tornando-a permanente (OLIVEIRA, 2007), o que vem impactando violentamente as comunidades tradicionais de camponeses e povos indígenas. Somente em 2014, o Conselho Indigenista Missionário (2015), registrou 138 assassinatos e 135 casos de suicídios de índios no país, ao passo que se ampliaram as invasões possessórias e exploração ilegal de recursos naturais em suas terras, sob a omissão e morosidade na sua regularização pelo Estado. Em relação aos camponeses, em 2013, foram despejadas 6.358 famílias e, em 2014, 12.188 delas, um aumento equivalente a 92%, além de outras 29.280 famílias ameaçadas de perder suas posses, conforme registrou a Comissão Pastoral da Terra (2015).

No conjunto, o modelo econômico atual promove um processo de “reprimarização” da economia e, contraditoriamente, provocando o aumento constante dos preços da cesta básica (alimentos), item que mais pesa no orçamento dos mais pobres; ademais, tornou-se o componente mais cruel da recente ameaça inflacionária. Isto, porque cerca de 80% dos financiamentos ao setor agropecuário são destinados ao agronegócio, basicamente de

¹ O BNDES emprestou ao empresariado de todos os setores, em 2010, cerca de R\$ 128 bilhões. No governo Lula, consolidou-se como o maior banco de fomento do mundo. (OS ELEITOS do BNDES. *Isto É Dinheiro*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/631/imprime155647.htm#>>. Acesso em: 20 out. 2015.

exportação, enquanto 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar e camponesa, vítimas potenciais do modelo agro-minero-exportador.¹

ESTRUTURA SOCIAL, ELEIÇÕES E HEGEMONIA EM DISPUTA

Seguramente, na última década houve relativas conquistas sociais que impactaram principalmente o consumo, mas, também as condições de vida da classe trabalhadora no Brasil. Mas qual foi o impacto estrutural disso sobre a estratificação social brasileira? -Surgiu nesses anos uma nova classe média, como afirma o governo?

De fato, depois de encolher durante as décadas de 1980 e 1990, o peso dos salários na renda nacional, entre 2004 e 2010, subiu 10,3%, enquanto a participação dos rendimentos da propriedade decresceu 12,8%, retornando ao patamar próximo dos de 1995 (POCHMANN, 2012). Para essa melhora, contribuíram a decisão política de sustentar a elevação do valor real do salário-mínimo, o que foi essencial, e a massificação da transferência de renda por meio de políticas sociais, como a Bolsa Família.

Na mesma direção redistributiva, apontam os gastos sociais do governo federal (saúde, educação, previdência e assistência sociais, entre outros). Os seus valores saltaram de 13,5% do PIB, em 1985, para 23% no ano de 2013. Como consequência do crescimento da massa salarial, associada a um maior acesso dos trabalhadores aos benefícios da Previdência Social, houve um significativo crescimento do mercado interno. A partir disso, o setor de serviços acabou incorporando, no mesmo período, o enorme excedente de força de trabalho gerado entre 1990 e a primeira metade da década de 2000. O crescimento da ocupação foi destaque também no setor da construção civil, devido ao programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à expansão da indústria extrativa (consequência do crescimento acelerado da mineração e das atividades da cadeia petrolífera no país).

Em todos os setores, o aumento dos postos de trabalho ocorreu esmagadoramente na “base” da pirâmide social, em ocupações com alta rotatividade, com remuneração orbitando em torno

¹ No Brasil, onde são grandes financiadoras de campanhas eleitorais, as mineradoras pagam apenas 2% de *royalties* sobre seu lucro, divididos entre municípios, estado e União. A proposta do novo código eleva para 4%. Na Índia, todavia, essa alíquota pode chegar a 10%.

de 1 a 2 salários-mínimos. Apesar disso, levando-se em conta que na década anterior o crescimento se verificava apenas nos índices de desemprego, o salto qualitativo fica evidente. Desse modo, não é de estranhar que a participação dos salários na renda nacional tenha subido de 39,3%, em 2004, para 43%, em 2010. Todavia, nove em cada dez vagas criadas neste setor têm remuneração de até 1,5 salários-mínimos mensal (R\$ 1.182,00), distante, porém, do mínimo vital calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Outro aspecto a observar é que, 60% dos postos de trabalho criados desde a década de 2000 têm sido ocupados por mulheres, sendo que homens, na mesma função, recebem de 23% a mais, em pequenas empresas, e 44,5% a mais, em grandes empresas. Ainda relevante, é o fato de que a maior parte destes novos empregos tem sido ocupada por adultos jovens (entre 25 e 34 anos). Embora a diferença salarial entre brancos e negros tenha caído significativamente, entre 2003 e 2013, negros ainda ganham 42,6% menos que brancos e têm taxa de desemprego maior.¹

Além disso, é inegável o aumento da escolarização entre os trabalhadores nos últimos 15 anos, observável tanto na curva ascendente de pessoas com ensino médio completo, quanto com ensino universitário completo. No entanto, a qualificação formal da força de trabalho não significa que tenha havido sua qualificação real. A tragédia do ensino público brasileiro, malgrado os esforços e lutas dos professores, e a desqualificação crítica do ensino universitário, prestado majoritariamente em faculdades privadas de questionável qualidade acadêmica, testemunham essa diferença.

Vista pelo olhar oficial, a estratificação social brasileira estaria dominada pela “nova classe média”, que representaria 54% da população.² De acordo com o *Data Popular*, essa “nova classe”, também chamada de “classe C”, é composta de famílias cuja renda per capita (por pessoa) está entre R\$ 320 e R\$ 1.120 (dados de 2014), somando cerca de 108 milhões de pessoas. O consumo desse grupo alcançou mais de R\$ 1,17 trilhão, em 2013, e movimentou 58% do crédito no Brasil. Está “classe” está mais concentrada na região Sudeste, com 43%, seguida pelas regiões Nordeste (26%), Sul (15%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%). Em 2014,

¹ REFLEXÕES sobre a autonomia (6): classe e autonomia na era PT. *Passa Palavra*, 3 maio de 2015. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2015/05/104053>>. Acesso em: 21 set. 2015.

² INSTITUTO DATA POPULAR SERASA EXPERIAN. Faces da classe média. *Repórter da Agência Brasil*, 18 fev. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02/classe-media-brasileira-representa-54-da-populacao>>. Acesso em: 17 set. 2015. O estudo abrange respostas de 3 mil pessoas em todo o Brasil, avaliando 4 mil variáveis.

ainda quanto ao consumo, variável principal do estudo, essa “classe projetava adquirir”, 8,5 milhões de viagens nacionais, comprar 6,7 milhões de aparelhos de TV, 4,8 milhões de geladeiras e 4,5 milhões de *tablets*. Além de 3,2 milhões de viagens internacionais, 3,9 milhões de *smartphones*, 7,8 milhões de *notebooks*, 3,9 milhões de geladeiras e 3,0 milhões de carros.

Desde 2012, os dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo federal, apontavam a “entrada maciça de pessoas negras na “nova classe média”. Os negros passaram de 38% desse segmento, em 2002, para 52%, em 2012”. Para que isso tenha ocorrido, seriam 75 negros em cada 100 brasileiros dos 40 milhões que teriam ingressado na “classe média”. Isso, no entanto, não pode mascarar o fato de que ainda são os negros os mais pobres e as principais vítimas das PM nas grandes cidades do país, como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, para citar algumas das mais violentas.

De todo modo, além dos negros, foram trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou sem escolaridade os que mais teriam ascendido socialmente no país. Deles, 64% não teriam completado o ensino fundamental.¹ Apesar dessa configuração social, de perfil claramente proletário, os porta-vozes oficiais massificaram a afirmação enganosa de uma mudança na estrutura de classes brasileira.

A origem do termo “nova classe média”, utilizado pelo governo brasileiro, encontra-se em documentos do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre as regiões onde se concentram as economias emergentes da Ásia, América-latina e África. Essas agências têm utilizado a referida noção representando recentes alterações na estrutura social, tradicionalmente estagnada, referindo-se à parte da população que ultrapassou a linha de pobreza. No Brasil, a partir da academia e do governo, Marcelo Neri (2012) tornou-se o principal arauto da ascensão da base da pirâmide social à condição de classe média.

Ocorre, porém, que a definição adotada pelo governo sobre as famílias brasileiras que têm renda *per capita* entre R\$ 320 e R\$ 1.120 não se sustenta. Quando, sociologicamente, utiliza-se o conceito de classes médias subentende-se a existência de outras capacidades socioeconômicas, que envolvem acesso a serviços sociais de qualidade, prestígio, segurança

¹ LEO, Sérgio. Negros já somam 52% da classe média brasileira, aponta estudo. *Jornal Valor*, 9 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515331-negros-ja-somam-52-da-classe-media-brasileira-aponta-estudo>>. Acesso em: 17 set. 2015.

econômica e influência social. Em defesa do critério oficial poderia se alegar que seja útil verificar mudanças no nível e na desigualdade de renda no Brasil, ou no fato de apenas 18% da população mundial ganhar acima desse limite. Mas, esse mesmo critério leva a considerar de classe alta uma família de quatro pessoas, em que pai e mãe ganham, juntos, R\$ 4.077, o que socialmente é um despropósito.

Em sintonia com Márcio Pochmann, entendemos que a síntese social do período dos governos petistas passa não pela emergência de uma “nova classe média”, mas pela ascensão e o fortalecimento de setores ligados à classe trabalhadora. Essa opção conceitual não é uma mera diferença de nomenclatura, mas compreende uma visão a respeito da natureza dessas políticas e de seus resultados em termos de mobilidade social. Afinal, o resgate da condição de pobreza e o aumento do padrão de consumo, não tiram a maioria da população emergente da classe trabalhadora. Não se pode negligenciar a “politização classista” desse fenômeno, enfatizando o caráter meramente “mercadológico, individualista e conformista sobre a natureza e a dinâmica das mudanças socioeconômicas no Brasil” (POCHMANN, 2012, 2013, 2014, 2015).

Desse modo, as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social, como a elevação do valor real do salário-mínimo e a massificação da transferência de renda, possibilitaram o fortalecimento das classes que vivem do seu próprio trabalho, falseadamente identificadas como uma “nova classe média”. A maior demanda por carros, eletrodomésticos, cosméticos, TV a cabo ou satélite, de planos de saúde entre outros, demonstram que, em paralelo a programas sociais, o que houve foi uma inclusão pelo consumo.

Assim, fica evidente que, seja pelos rendimentos, tipo de ocupação, perfil e atributos pessoais, a população que ascendeu na escala social objetivamente não preenche os critérios que poderiam identificá-la como classe média. Suas características gerais se confundem, isto sim, com as das classes trabalhadoras, que ampliaram o seu padrão de consumo e, a julgar pelas mobilizações de 2013, ampliaram também suas exigências políticas e sociais.

Mobilizações sociais de 2013

Assim, um tema que pode se revelar importante é o comportamento político dos segmentos sociais que se beneficiaram com os governos Lula e Dilma ou, formulando de outra forma, o que se pode esperar desses setores no futuro próximo? Formular essa questão seguramente é mais fácil que respondê-la. De todo modo, esse parece ser um ponto central para se pensar os desdobramentos da crise política que o país vive nos últimos meses.

Se partirmos do fato de que parte significativa, metade ou mais, da multidão que foi às ruas, entre junho e julho de 2013, antes e durante a Copa das Confederações, provinha dos novos segmentos das classes trabalhadoras, temos um bom indicativo do processo de politização desses setores e não o atomismo social, como querem as abordagens que enfocam apenas o potencial de consumo desses proletários, considerando-os como uma “nova classe média”.

De fato, tais mobilizações estão relacionadas aos anseios por melhores políticas públicas e condições de vida. A nosso ver, as manifestações de 2013 apresentavam elementos de revolta popular e foram expressão da insatisfação contra a qualidade dos serviços públicos essenciais e contra o aumento do custo de vida verificado naquele período, elementos que contrastavam com gastos oficiais absurdos em estádios de futebol. Os protestos de 2013 foram iniciados pela “esquerda social” e apartidária que neles imprimiu o tom político-ideológico mais saliente e talvez tenha se credenciado como uma referência para a juventude trabalhadora e estudantil que compunha metade, ou mais, dos participantes (ANDRÉ, 2013).¹ As posições à “direita” (fascistas, neonazistas e policiais), nesse momento, não conseguiram maior expressão e as de “centro” não chegaram a se expressar organizadamente, além do fato de erguerem seus cartazes.

A ampliação do contingente de trabalhadores com acesso ao consumo e à informação, mas exposto a serviços públicos essenciais de péssima qualidade, levaram essas pessoas a identificar a corrupção nas obras da Copa do Mundo com as causas desses problemas. Todavia, em geral, não ligavam a corrupção a um partido específico, nem muito menos adotaram uma postura de vingança obsessiva contra o governo petista. No conjunto, as ações e reivindicações de 2013 tiveram um caráter difuso, tanto em termos de conteúdo, quanto em termos dos sujeitos sociais que as propuseram. Mas não resta dúvida que a iniciativa política partiu de baixo. Mais que isso, a iniciativa do Movimento Passe Livre (MPL) acabaria atraindo, também, para as ruas o Movimento dos Trabalhadores Sem Tetos (MTST) e anticapitalistas de vários matizes, além de importantes setores da “classe média tradicional” ou seus estratos de renda mais elevada. O que começou com a esquerda apartidária acabou agregando diversos segmentos sociais. Naquele momento, as bandeiras de todas as cores e matizes ideológicos saíam do armário para as praças e ruas.

¹ André Singer compreende as referências políticas dessas manifestações por outro viés. Para ele, no “centro” estaria a maioria, em função da adesão massiva da classe média, que produziria “um cruzamento ideológico” em razão da “mistura de classes” e bandeiras observadas nesses protestos.

Como se sabe, o estopim do movimento foi a luta contra o aumento das tarifas do transporte coletivo em diversas cidades do país. Todavia, a pauta foi ampliada para reivindicações sociais e políticas que iam ao encontro dos anseios das classes trabalhadoras e, num segundo momento, também dos setores mais conservadores. Não sem razão, o transporte nas cidades brasileiras estava cada vez mais caótico e entregue a carteis que não investem em novas linhas de ônibus, trens e metrô ou o fazem muito lentamente. Os investimentos públicos, via desoneração fiscal, estavam voltados para atender aos interesses da indústria automobilística, tornando o transporte coletivo mais caro para o usuário do que o transporte individual, claro que somente para quem podia dele dispor. Desde o transporte, as reivindicações passariam à moradia, saúde, educação, segurança “padrão Fifa”, como a criatividade das ruas definia a qualidade dos serviços públicos desejados.¹

Nesse contexto geral, grandes obras e eventos esportivos, tipo Copa do Mundo e Olimpíadas, com seus gastos exorbitantes, apareciam para a sociedade como uma opção em detrimento das políticas e serviços sociais. Além dos 33 bilhões de reais gastos para a construção dos estádios e outras obras relacionadas com a Copa, milhares de famílias foram desalojadas de suas residências, com bairros inteiros sendo engolidos pela especulação imobiliária em razão dessas obras.² O Governo federal, Congresso Nacional, governos estaduais e prefeitos aceitaram todas as condições impostas pela FIFA, a exemplo de zonas de segurança em torno dos estádios, garantia de amplos espaços de propaganda e comércio para as corporações a ela associadas, em detrimento do comércio tradicional dos moradores locais, aprovando uma lei de exceção, claramente inconstitucional. Por isso a repulsa dos manifestantes à FIFA.

Na mesma linha, o regime diferenciado de contratação, simplificando o processo de licitação de obras e serviços para esses eventos, estabeleceu processos de concorrência pública abertos a abusos das empreiteiras, na sua promíscua relação com os gestores públicos. Daí os preços superfaturados e, também, a revolta crescente contra a corrupção que, mais adiante, será identificada com os governos petistas, enquanto os ligados ao PSDB não sofreram os mesmos ataques.

¹ Cartazes em São Paulo: "Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação", "Queremos hospitais padrão Fifa", "O gigante acordou", "Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão", "Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação", "Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio", "Todos contra a corrupção", "Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição", "Fora Alekmin", "Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar". (SINGER, 2013).

² De outubro de 2008 a 2013, só no Rio de Janeiro, cerca de 3 mil famílias foram expulsas de suas casas e outras 8 mil estão ameaçadas; 15 comunidades foram transferidas, 11 foram parcialmente atingidas e mais 11 estão sob ameaça. A justificativa oficial: estão em áreas de interesse para a Copa do Mundo e as Olimpíadas (ver COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2013, p. 20).

Antes mesmo das manifestações de junho, vários comitês populares dos chamados grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, estavam organizados e discutiam o conjunto de mazelas sociais provocadas pelos poderes públicos para garantir a construção dos estádios e instalações nas condições exigidas pelos organizadores dos eventos. Com a emergência da Copa das Confederações (junho), os brasileiros protestaram contra tudo isso. Foram às ruas diversos setores sociais: estudantes, trabalhadores da chamada “nova classe média” e da classe média tradicional. A brutalidade com que as polícias dos governos estaduais reprimiram o movimento desencadeou uma avalanche de angústia, de indignação e de revoltas pelas cidades, grandes, médias e pequenas, de norte a sul do país.

Os sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais camponeses foram os grandes ausentes desses protestos. Essa ausência decorre, sobretudo, do fato de eles terem atuado como aliados automáticos ou correia de transmissão do governo petista, abrindo mão de seu papel crítico e de mobilização dos interesses populares de forma independente, desde o primeiro governo Lula. Ao longo desses anos, essa postura desarmou os trabalhadores do setor formal, bem como os camponeses e sem-terras, que viram a reforma agrária ser retirada da pauta, enquanto o agronegócio e o latifúndio assumiram o *status* de âncora do modelo de desenvolvimento da era petista. Em 2013, quando os sindicatos e movimentos sociais tentaram intervir (paralisações de 11 de julho), apareceram aos olhos da população como programando uma ação combinada entre amigos. Assim, sua intervenção não teve impacto mobilizador, nem eficácia política significativa.

Por seu turno, os grandes meios de comunicação, agindo como representantes dos setores conservadores, tiveram condições de impor suas respectivas posições políticas e ideológicas, como voltariam a fazê-lo na cobertura do Mensalão e da Operação Lava-Jato. De um tom formal, em anunciar os protestos e a repressão, a grande mídia passou a exaltar um abstrato “movimento legítimo e cívico da sociedade brasileira contra a corrupção e o mau uso dos recursos públicos”. Em seguida, buscou refrear as ações, contendo a revolta popular e acuando os manifestantes. Intencionalmente, a mídia qualificou a continuidade das mobilizações como interesse dos desordeiros, enfim, dos “vândalos”, massificando a veiculação das cenas de violência.

Em face das cenas de violência, nem mesmo as conquistas parciais nos preços e condições dos transportes públicos, em várias capitais, ou as mudanças legislativas, a exemplo da derrota da PEC 37 e a destinação pelo Congresso Nacional dos *royalties* do petróleo para a

saúde e a educação, apareceram como razões para a continuidade das mobilizações. Quando as ruas das grandes cidades do país voltaram a ser ocupadas, porém, não seria mais predominantemente pelos mesmos setores sociais de 2013. Em ampla maioria, foram os ‘bem nascidos’ das classes médias tradicionais os principais protagonistas das mobilizações de março, abril e agosto de 2015. Antes disso, porém, o processo de desconstrução da hegemonia petista ainda resistiria à eleição presidencial de 2014.

Eleições de 2014 e hegemonia

O Brasil que foi às urnas em 2014 havia realocado os eleitores por estrato social em termos de distribuição dos rendimentos. Os brasileiros na faixa de renda *per capita* entre R\$ 405,00 e R\$ 1.768,00, ou com renda mensal entre 2 e 5 salários-mínimos, compunham, então, 37% do eleitorado brasileiro e acabaram por decidir o segundo turno das eleições de 2014.

A campanha petista mirou nessa faixa do eleitorado e conseguiu virar o jogo contra a oposição, que, segundo os institutos de pesquisa, chegou a ter vantagem de 11 pontos percentuais nesse segmento. Dilma Rousseff (PT) se reelegeu com 38,2% do total de votos do universo total dos eleitores, ou 54.501.118 votos recebidos, enquanto seu adversário, Aécio Neves (PSDB), alcançou 35,7% ou 51.041.155 de votos. Uma nota essencial do resultado foi a soma das abstenções, brancos e nulos, que chegou a mais de 37 milhões.¹ Numa eleição apertada, a votação nos estados mostrou um país dividido – com Dilma vencendo em 15 unidades da Federação, concentradas principalmente no Norte e no Nordeste, e Aécio Neves em outras 12, espalhadas, sobretudo, no Sul e no Centro-Oeste –, e reforça a hipótese de que a inclinação eleitoral da faixa de renda citada, que cresceu significativamente nos últimos anos, teve papel decisivo no resultado do pleito.²

Essa, aliás, não foi a primeira eleição em que isso ocorreu. O comportamento eleitoral dos trabalhadores de renda entre 2 e 5 salários-mínimos, ou mesmo inferior, já havia sido percebido nas eleições de 2010. Naquela oportunidade, estudo realizado pelos cientistas políticos Vitor Peixoto e Lucio Rennó, respectivamente da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e da Universidade de Brasília (UnB), justificava o voto na então

¹ Em 2010, a petista recebeu 55.752.092 votos no segundo turno, o equivalente a 56,05% dos votos válidos e a 41,05% dos sufrágios totais. Já 29.194.356 eleitores não compareceram para votar (21,5% do eleitorado), 4.689.310 (4,40%) escolheram nulo e 2.452.591 (2,30%) votaram em branco.

² No Sudeste, a petista venceu em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e o tucano, em São Paulo e no Espírito Santo.

candidata Dilma Rousseff, como um reconhecimento desses setores a um ganho de bem-estar.¹

Em 2014, porém, esse setor do eleitorado pode ter desempenhado um papel ainda mais decisivo para a vitória de Dilma, em função de a disputa ter ocorrido em meio às denúncias da operação Lava-Jato (Polícia Federal), que muito reduziu a influência do PT junto à classe média tradicional. Dessa forma, a obtenção de um segundo mandato para Dilma ocorreu, em grande medida, graças ao voto da “chamada nova classe média”, cuja maioria só foi conquistada no segundo turno, indicando ser este um contingente eleitoral ideologicamente em disputa.²

Assim, parece correto supor que os segmentos sociais citados e o eixo Norte-Nordeste impulsionaram a vitória de Dilma nos dois últimos pleitos e ajuda a entender a razão pela qual os nordestinos voltaram a ser alvo de ódio nas redes sociais, o que se justifica pelo tipo explicação dada pela grande mídia ao resultado das eleições.³

Entretanto, não se pode confundir decisão eleitoral – atitude importante, mas circunstancial e situada num momento específico –, com comportamento político-social. Este é muito mais relevante porque se insere numa dinâmica contínua que implica posturas e envolvimento nas disputas maiores, que poderíamos sintetizar como luta de classes. É nessa dimensão que tais segmentos poderão vir a ser essenciais na resolução da atual crise política brasileira.

¹ MENEGHELLO, Rachel (Coord.) Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 2011, Caxambu. [*Anais eletrônicos...*]. Caxambu: ANPOCS, 2011. Trabalho que teve como base o Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), pesquisa desenvolvida na Universidade de Campinas, que sondou as razões de voto de 2 mil eleitores, logo após as disputas presidenciais de 2002, 2006 e 2010, apud NASSIF, Luis. Estudo mostra que nova classe média votou em Dilma. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/estudo-mostra-que-nova-classe-media-votou-em-dilma>>. Acesso em: 27 set. 2015. Para os autores, 53,6% dos entrevistados perceberam ascensão social positiva em relação à vida que tinham oito anos antes; 33,6% não perceberam mudança e 7,3% acreditam que descenderam. Os que tiveram ascenderam socialmente apresentavam 78% de chance a mais de votar em Dilma do que os que não perceberam mudança.

² *Jornal Valor Econômico*. Entrevista com Tony Volpon, diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos para Mercados Emergentes na América Latina da Nomura Securities. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/imprimir/post/3642534>>. Acesso em: 17 set. 2015.

³ O site UOL justificava a vitória de Dilma com manchetes do tipo: “Dilma vence nos sete Estados com menor renda média”, enquanto o canal GloboNews deva a entender que “o ‘Nordeste’ era a única força capaz de impedir a vitória de Aécio, enquanto São Paulo fazia a “sua parte para recolocar o cosmo no seu lugar, mas tinha uma Bahia de votos no meio do caminho”. Tudo isso reverberava nas redes sociais, onde as explicações, com poucas variações, eram as mesmas desde 2006: a) Dilma vence onde o IDH é menor; b) Dilma só vence acima do trópico de Capricórnio; c) Dilma só ganha por causa do Nordeste; d) Dilma só vence por causa dos ferrados, vendidos à dinheirama do Bolsa Família; e) Dilma vence apenas em estados com baixo consumo de proteína e com menor estatura média da população, enquanto uma decadente estrela da música pop anunciava que deixaria “esta merda de país” assim que for possível, que não aguenta mais ver os analfabetos e desdentados decidindo as eleições presidenciais. Ver: GOMES, Wilson. Os pobres e ignorantes não sabem votar? *Carta Capital*, 9 out. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/os-pobres-e-ignorantes-nao-sabem-votar-4691.html>>. Acesso em: 27 set. 2015.

Nessa perspectiva, as decisões políticas desses segmentos poderão ser influenciadas, tanto pela capacidade de organização e mobilização dos setores sociais progressistas, quanto pelos setores conservadores, sobretudo, num contexto de crise.

CRISE E DESCONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA

Com inflação em alta e a adoção de medidas provisórias que cobram dos trabalhadores o custo da crise, não é de se estranhar que a popularidade da presidente tenha caído de uma aprovação de 52% da população, em dezembro de 2014, para 23%, em fevereiro de 2015, antes mesmo de os **movimentos sociais conservadores** roubarem a cena na política brasileira, 50 anos depois da última aparição massiva das classes médias nas ruas, justamente, às vésperas do golpe civil-militar de 1964, por elas tão desejado.

O reaparecimento político desses segmentos ocorreu em meio à combinação do escândalo de corrupção, aos sinais de piora da economia e ao fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter acatado o pedido da Procuradoria Geral da República (PGR) para investigar 48 políticos supostamente envolvidos no esquema de corrupção na Petrobrás, a maioria pertencente a partidos aliados do atual governo (e também dos anteriores). **Março de 2015** foi marcado por esse clima, o que favoreceu a iniciativa dos grupos Vem Pra Rua (VPR), Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados On Line (ROL), que, com forte apoio da mídia, realizaram os protestos de rua contra a presidente e a corrupção.

Convocados pelos movimentos citados, através das redes sociais, e fortemente apoiados por partidos de oposição (PSDB, DEM, PPS e SD), os protestos de 15 de março reuniram, segundo as polícias militares, cerca de 2 milhões de pessoas em 160 cidades, com destaque para os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Em São Paulo, contudo, o número de participantes variou enormemente. Para a PM, seria 1 milhão, enquanto o Datafolha, usando metodologia própria, calculou em 210 mil, ressaltando que esta foi a maior manifestação política na capital paulista desde as Diretas Já.¹ Independentemente da fonte, o protesto ocorrido na cidade de São Paulo foi o mais massivo deles.

¹ PAULISTA reúne maior ato político desde as Diretas-Já, diz Datafolha. *Folha Online*, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 4 out, 2015.

Dois dias antes dessas manifestações, partidos governistas, **centrais sindicais** e movimentos sociais realizaram um ato em defesa da Petrobrás e contra o ajuste fiscal, com críticas à proposta de *impeachment* da presidente, em 24 estados e no Distrito Federal. A defesa da democracia foi outro mote das manifestações que, somente em São Paulo, reuniu um número relevante de pessoas: 41 mil, segundo o Datafolha.¹ Nesse meio tempo, o índice de popularidade de Dilma caiu para um patamar entre 7 e 10%, aí permanecendo até aqui (**outubro de 2015**). Esses resultados evidenciaram a clara desorganização da capacidade de direção do Partido dos Trabalhadores e do governo Dilma sobre a sociedade.

Animados com o sucesso de público e mídia, os mesmos grupos convocaram o segundo protesto para o **dia 12 de abril**. Desta vez, porém, o público foi bem inferior ao primeiro, apesar do mote "Vai ser ainda maior". As PM dos 24 estados e do Distrito Federal, onde as manifestações aconteceram, contabilizaram 700 mil pessoas, ou menos que metade do estimado em março.² O movimento anti-Dilma voltou às ruas pela terceira vez em **16 de agosto**, convocado pelos mesmos organizadores, agora enfatizando o *impeachment* e o repúdio a um suposto "acórdão" entre o Planalto, o Senado e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Outra marca dessa edição foi o direcionamento do foco também para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representado por um boneco, com o seu rosto, a desfilar pela Avenida Paulista, usando roupa de presidiário.³

Dessa vez, a pauta voltada tanto para a política, quanto para a denúncia da corrupção, indicava o envolvimento direto dos principais nomes da oposição nas manifestações de rua. O candidato derrotado Aécio Neves (PSDB-MG), em BH, os senadores José Serra (PSDB-SP), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e vários outros participaram, pela primeira vez, das manifestações na Avenida Paulista. O engajamento político do PSDB estava expresso desde a convocação para os protestos, através do tempo do partido na TV, exortando a população a ir

¹ Para a CUT, porém seriam cem mil pessoas no ato de São Paulo, enquanto a PM, cravou doze mil. Aqui cabe observar a disparidade das estimativas da PM e Datafolha nos dois eventos. Os números da PM-SP, quando comparados aos do Datafolha, parece ter subestimado os manifestantes pró-governo e superestimado os anticorrupção, pró-impeachment e pró-golpe. (*Folha Online*, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-jadiz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 4 out, 2015.

² MANIFESTAÇÕES contra o governo encolhem em todo Brasil. *Carta Capital*, São Paulo, 12 abr. 2015. Acesso em: 4 out. 2015. Desta vez, a PM-SP estimou os manifestantes em 275 mil e o Datafolha 100 mil.

³ TODOS os estados e o DF tem protestos contra o governo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contra-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html>>. Acesso em: 3 out. 2015.

às ruas.¹ Em todos os estados e no Distrito Federal, 291 cidades receberam 879 mil manifestantes, conforme estimativa das PM, número bem inferior ao de março e pouco superior ao de abril. A cidade de São Paulo confirmou-se como sede principal dos protestos, reunindo, de acordo com o Datafolha, 135 mil pessoas, enquanto a PM paulista, mais uma vez, enxergou bem mais, 350 mil.²

Outro aspecto dessas mobilizações, tão relevantes quanto o volume dos participantes, é o perfil sociológico daqueles que foram às ruas. Seriam os brasileiros das revoltas populares de 2013 os participantes dos protestos de 2015? Ao que sugerem as pesquisas feitas nas ruas durante os dias de protesto, nesses dois anos, as respostas a tais questões devem ser formuladas pela negativa.

Nesse sentido, quase metade dos integrantes das mobilizações de 2013, em oito capitais, seriam oriundos de categorias – conforme a classificação de renda feita por André Singer, a partir de estudo de Waldir Quadros –, do tipo “balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure”. Enfim, profissões com renda familiar mensal de até cinco salários-mínimos. No topo superior da renda familiar dos participantes de 2013, apenas 20% recebiam acima de dez salários-mínimos mensais (renda própria da “classe média tradicional”), enquanto o conjunto das pessoas com renda familiar acima de cinco salários-mínimos somava metade dos manifestantes (SINGER, 2013). Esses dados reforçam a hipótese de ter sido o novo proletariado e os estudantes a maioria dos que foram às ruas em 2013. O perfil desse grupo foi predominantemente jovem, tendo boa parte deles entrado recentemente no emprego (segundo o Ibope 76% dos manifestantes estava no mercado de trabalho nas oito capitais).

Além disso, o crescimento da escolarização ao longo da última década e meia permite sugerir um nível escolar elevado, justificado pela ampliação das vagas nas universidades públicas

¹ PSDB divulga inserção em que apoia protestos contra Dilma. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 ago. 2015. Disponível em:

<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/08/06/interna_politica.591016/psdb-divulga-insercao-em-que-apoia-protestos-contradilma.shtml>. Acesso em: 3 out. 2015.

² PROTESTO contra Dilma reuniu 135 mil em São Paulo, mostra Datafolha. *Folha Online*, São Paulo, 16 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669471-protesto-contradilma-reuniu-135-mil-em-sao-paulo-mostra-datafolha.shtml>>. Acesso em: 4 out. 2015.

(Prouni) e a explosão do ensino superior privado. Sabe-se que a quantidade de ingressantes nas universidades, de 2001 a 2011, saiu de 1 milhão para 2,3 milhões de alunos por ano.¹

Dois anos depois, todavia, nas manifestações convocadas pelo *movimento social conservador*, o perfil mudou sensivelmente, a ponto de o jornal britânico *The Guardian* registrar que os participantes dos protestos de 15 de março de 2015 são “mais velhos, mais brancos e mais ricos” do que os vistos nos protestos de junho de 2013.²

O perfil das pessoas mobilizadas em 2015 não se alterou entre os eventos de março e agosto, conforme constatação dos institutos de pesquisa. Em São Paulo, o perfil de quem tomou as ruas da capital, em agosto, é majoritariamente formado por homem (57,30%), branco (73,60%), com idade entre 30 e 60 anos (59,2%), e renda familiar superior a cinco salários-mínimos ou R\$ 3.940 reais (70,9%), conforme estudo do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação, da USP.³

Todavia, o perfil de classe média tradicional, ou mesmo dos setores mais abastados dessa classe, fica evidente quando se observam com mais atenção os dados de renda. No extrato de renda familiar entre 7.880 e 15.760 reais estão 28,9% e os que dizem ter renda superior a 15 mil reais formam 19%, perfazendo ambos quase metade do total (47,9%). Aqueles com renda familiar entre 3.940 e 7.880 reais são 22,5% dos ouvidos na pesquisa. Em suma, nessa oportunidade, predominaram nas ruas os setores de mais alta renda das classes médias. Dessa pesquisa, conclui-se ainda que o protesto não conseguiu incluir outras classes sociais; que a faixa etária mais representativa é de pessoas com idade entre 50 e 60 anos (22,70%), seguida dos manifestantes com idade entre 30 e 40 anos (22,20%). Os jovens entre 20 e 30 anos foram apenas 19,30%.

¹ WEBER, Demétrio Weber. Brasil tem 6,7 milhões de universitários. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-tem-67-milhoes-de-universitarios-6423216>>. Acesso em: 8 out. 2015.

² BRAZIL: hundreds of thousands of protesters call for Rouseff impeachment. *The Guardian*, London, 15 Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/mar/15/brazil-protesters-rouseff-impeachment-petrobras>>. Acesso em: 7 out. 2015. The latest wave of protests, however, is from an older, whiter, more affluent demographic, following widespread advance coverage by the mainstream media.

³ QUEM são os manifestantes de 16 de agosto? *Carta Capital*, São Paulo, 18 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588.html>>. Acessado em: 7 out. 2015. As informações são do estudo realizado para o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação, da USP, por Esther Solano, professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Pablo Ortellado, filósofo da Universidade de São Paulo (USP), e Lucia Nader, da Fundação Open Society. Foram ouvidas 405 pessoas, no dia 16 de agosto, em toda a extensão da Avenida Paulista.

Em que pese esse perfil, os manifestantes não parecem endossar as teses neoliberais dos organizadores sobre questões que envolvam a presença do Estado na vida dos cidadãos, através de políticas públicas. Isso porque a grande maioria se mostrou a favor de educação (86,9% dos entrevistados) e saúde (74,3%) públicas e gratuitas, ainda que, de maneira geral, defendam a redução de impostos no país. Para quase 90% dos entrevistados, a corrupção é o maior problema e entrave dos serviços estatais e talvez por isso mesmo 73% não concordam com financiamento empresarial de campanhas eleitorais, contrariando a tese dos setores conservadores do Congresso Nacional.¹

Na ausência de uma pesquisa nacional sobre o dia 16 de agosto (os dados disponíveis se restringem a poucas cidades, além de São Paulo), as informações socioeconômicas sobre Porto Alegre, onde se estimou a presença de 100 mil pessoas nas ruas, sugerem um panorama bastante parecido com o da capital paulista. Na capital gaúcha, 40,5% disseram receber mais que dez salários-mínimos. O mesmo se pode afirmar em relação ao perfil dos manifestantes de 17 de março de 2015 para as duas capitais mencionadas.²

Assim, entre 2013 e 2015, o país viu ressurgir enormes manifestações de rua, como não ocorriam desde as Diretas Já e o Fora Collor. Porém, enquanto as mobilizações de 2013 foram marcadas, principalmente, por reivindicações sociais progressistas (serviços públicos de qualidade, tarifa zero, entre outros), em 2015, essas bandeiras foram substituídas pela proposta de afastamento da presidente recém-empossada, fosse pelo *impeachment*, renúncia ou até, minoritariamente, por um golpe militar. Em comum com 2013, tem-se, apenas, a denúncia da corrupção que, nesse ano, girava em torno das obras para a Copa do Mundo, e agora em função dos casos relativos à Petrobrás.

Se em 2013, havia uma rejeição ideológica aos partidos, agora a rejeição partidária está direcionada ao PT ou a qualquer referência de esquerda. Enquanto, em 2013 os grupos organizados a convocar os protestos eram movimentos sociais periféricos (Movimento Passe Livre, Sem Tetos) ou grupos de inspiração anarquista e/ou mobilizados pela internet

¹ PERFIL de quem foi à Paulista destoa de lideranças e não poupa ninguém. *El País Brasil*, 18 ago. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/politica/1439928655_412897.html>. Acesso em: 7 out. 2015. (82% votaram em Aécio Neves nas últimas eleições presidenciais e 71% discordam que a solução para a crise política seja entregar o poder aos militares).

² PERFIL de manifestante, mais rico e anti-PT, é má notícia para Dilma. *El País Brasil*, 18 de agosto de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/17/politica/1426614447_498798.html>. Dados coletados pelo Instituto Index, de Porto Alegre. A continuidade do perfil socioeconômico entre março e agosto pode ser observada pelos dados da *Folha de S. Paulo*, 17 mar.2015 (Maioria foi às ruas contra corrupção, diz Datafolha. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contra-corrupcao-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 8 out. 2015).

(*Anonymus*), em 2015 foram grupos de jovens brancos, com um perfil identificado com a classe média tradicional e um ideário político marcadamente conservador ou mesmo oriundos de instituições financiadas por uma grande corporação de petróleo e gás nos EUA. Todavia, os organizadores das mobilizações de 2015 foram os únicos a constituir atores coletivos mais permanentes na cena brasileira, o que justifica o uso da noção de *movimento social conservador* para designá-los.

Por sua vez, quando se buscou o que restou em termos organizativos das mobilizações de 2013, muito pouco se pode encontrar, além do que já existia antes delas. E, o que é ainda mais grave, nenhum coletivo progressista foi capaz de galvanizar o descontentamento social dos setores proletários que foram às ruas em 2013, permanecendo eles, até agora, órfãos da “esquerda”. Por outro lado, está evidente a ausência de estruturas eficientes de defesa do governo na sociedade civil, ao passo que também se percebe o isolamento da classe média tradicional e dos partidos de oposição na luta pela interrupção do mandato presidencial. Enfim, se a hegemonia social petista foi destruída, nenhuma outra já existe para substituí-la, sem prejuízo de que possa ser construída.

Agentes e limites do *movimento social conservador*

Presente em 11 estados, o **Movimento Brasil Livre** (MBL) reunia, em março de 2015, cerca de 500 lideranças e parece ser, dentre os organizadores dos protestos de 2015, o mais estruturado deles. São liberais, conservadores, defensores da privatização de serviços básicos, como a educação, a saúde, e da redução do peso do Estado na sociedade, com privatização das empresas estatais, inclusive da Petrobrás. “A meia dúzia de idealizadores de São Paulo é mais nova do que a maioria dos participantes das suas marchas e sua estética *hipster* bem poderia confundi-los com defensores de uma ideologia moderna e progressista, mas é tudo uma ilusão”, atesta o *El País*, depois de entrevistar suas principais lideranças.¹

O PSDB não contaria com a simpatia desses jovens. Eles não desejam ser confundidos com os tucanos, que identificam com “os caras do Vem Pra Rua”, que seriam “mais velhos e mais ricos”. Ainda não haveria partido para representá-los, dizem. Segundo suas posições, um tanto enviesadas, a “corrupção não se combate trocando o poder de mãos e sim tirando ele dos políticos”, e o maior problema do país é o “totalitarismo do PT”. O *impeachment* de Dilma foi uma bandeira do grupo desde março, justificado como decorrente do “estelionato

¹ TRÊS grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País Brasil*, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

eleitoral” praticado pela candidata. Dentre suas bandeiras, constam ainda a extinção dos bancos públicos, o fim do Sistema Único de Saúde (SUS) e críticas aos programas sociais, como o Bolsa Família.¹

Outro organizador dos protestos de 2015, o **Movimento Vem Pra Rua** (MPR), foi criado em setembro de 2013. A julgar pelo momento de sua criação, pode-se dizer que a inspiração para o surgimento do grupo foram os protestos de junho-julho daquele ano, ainda que de suas bandeiras só tenha herdado o discurso anticorrupção. Os membros efetivos dessa organização se resumiam a cerca de 20 pessoas, embora os apoiadores no *Facebook* já fossem de 300 mil (março). Seus líderes são identificados com o mundo empresarial e financeiro e consideram o desrespeito ao cidadão, a corrupção, a impunidade e o populismo os maiores problemas do país.

O Vem Pra Rua diz defender a educação pública, mas apenas até o ciclo básico (17 anos), “a partir daí, acreditamos na meritocracia”. Mais próximos do PSDB até na linguagem, embora neguem, pregam a redução do Estado e acreditam que o poder público deve “oferecer segurança, infraestrutura e saúde para todos e só”. Quanto a Petrobrás, dizem ser a favor da sua “estatização”, porque hoje estaria em mãos de corruptos e afirmam ser “totalmente financiados por membros e amigos”

O terceiro dos organizadores dos protestos, o grupo **Revoltados On Line**, é o de discurso mais reacionário e onde as manifestações atuais mais **lembram 1964**. Formado pelas redes sociais, eles dizem ser contrários à corrupção e pedem o *impeachment* de Dilma Rousseff desde os atos de março. Na internet, o grupo divulga vídeos em que diz querer “banir o petismo e o bolivarianismo no país”, acusam Dilma de odiar o Brasil, ser a “terrorista que infelizmente está no poder nesse país”; acusam o PT de manipular e censurar as redes sociais. Defende abertamente a intervenção militar. Agora, após reações diversas, atualizou o discurso para defender o militar Jair Bolsonaro, conhecido pelas ideias homofóbicas e em defesa da redução da maioria penal, como o chefe ideal para o país. Através do *Facebook*, onde tem mais de 700 mil curtidas, o grupo “vende kits anti-Dilma, por 175 e 195 reais”, contendo inclusive uma camiseta onde se lê “Deus, Família e Liberdade”.²

¹ MOVIMENTO Brasil Livre: ‘Dilma deve cair até o final do ano’. *El País Brasil*, 15 ago. 2015.. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832_993126.html>. Acesso em: 7 out. 2015.

² TRÊS grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País Brasil*, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

Uma questão central para se entender a “movimento social conservador” brasileiro é a sua fonte de financiamento. Por ser um fenômeno social recente, ainda não é possível qualquer conclusão definitiva. De todo modo, o Vem Pra Rua parece se abastecer junto a empresários e políticos, enquanto o Movimento Brasil Livre, segundo a revista *Fórum* cresce graças ao patrocínio dos magnatas da petroleira norte-americana Koch Industries.

Eles negaram o vínculo, mas, na mesma oportunidade, evidenciaram a quais princípios se vinculam, afirmando: “Quem dera. Ficaríamos felizes de receber ajuda de milionários. É super legítimo ter financiamento privado, mas por enquanto nossa maior patrocinadora é uma mulher do Paraná que nos depositou 1.000 reais”.

Por esse raciocínio, seguramente, poderia se dar ouvidos à denúncia da *Fórum*, segundo a qual “os poderosos irmãos Koch, donos da segunda maior empresa privada dos EUA com um ingresso anual de 115 bilhões de dólares, com evidente interesse na desestabilização da Petrobrás, “estão diretamente envolvidos nas convocações para o protesto do dia 15 de março”. Citando *The Economist*, a *Fórum* afirma que o MBL foi “fundado no último ano para promover as respostas do livre mercado para os problemas do país”. Segundo a revista, as vinculações institucionais dos líderes desse Movimento são o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Ordem Livre, a rede Estudantes Pela Liberdade (EPL), o Instituto Liberal (IL), o Partido Novo, o Partido Libertários e, ainda a Atlas Leadership Academy, a Koch Summer Fellow do Institute for Humane Studies (EUA).¹

Nesse sentido, a Oscip Estudantes pela Liberdade é a filial brasileira do Students for Liberty, uma organização financiada pelos irmãos Koch. As linhas de ligação MBL com o *trust* do petróleo estadunidense – responsável pela exploração ilegal de petróleo em uma reserva indígena, pela interferência em eleições na Califórnia e destacados inimigos da luta contra as mudanças climáticas, multados por 300 vazamentos de óleo nos EUA² –, fecham-se quando se sabe que os irmãos Koch são patrocinadores da Atlas Economic Research Foundation a qual, por sua vez, apadrinha a Leadership Academy e o Institute for Humane Studies, organizações às quais os integrantes do MBL estão ou foram ligados.

¹ Estudantes pela Liberdade (EPL) são financiados por corporação petroleira norte-americana [...] . *Revista Fórum*, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/03/quem-esta-por-tras-do-protesto-pro-impeachment/>>. Acesso em: 1º out. 2015.

² INSIDE the Koch Brothers toxic empire. *Rolling Stone Magazine*, Sep. 2014. Disponível em: <<http://www.rollingstone.com/politics/news/inside-the-koch-brothers-toxic-empire-20140924>>. Acesso em: 4 out. 2015.

Os vínculos não declarados do MBL não foram indicados somente pela revista *Fórum*. Conforme *El País*, pelo menos um dos líderes do Movimento “é sócio do Instituto de Estudos Empresariais e diretor do Instituto Liberal, presidido por Rodrigo Constantino, colunista da revista *Veja* e membro-fundador do liberal Instituto Milenium (IMIL), que segundo o periódico espanhol é apoiado por grandes grupos empresariais brasileiros e meios de comunicação, além de associado a outros *think tanks* [grupos de interesses] internacionais”.¹

Nessa perspectiva, as Indústrias Koch não seriam as únicas corporações monopolistas a apoiar o novo *movimento social conservador* no Brasil, embora elas tenham motivos de sobra para tanto. Afinal, devido às suas principais atividades – ligadas à exploração de óleo e gás, oleodutos, refinação e produção de produtos químicos derivados e fertilizantes –, teriam claros interesses no mercado brasileiro. Nessa perspectiva, a defesa da privatização da Petrobrás por esses grupos justificaria, assim, seus vínculos externos.

Enfim, nos interesses, origens e nos vínculos desse Movimento residem suas limitações e dificuldades para mobilizar um novo bloco social hegemônico, ainda que historicamente o discurso anticorrupção consiga ter um forte efeito de mobilização popular no país.

Corrupção e hegemonia petista

Os escândalos de corrupção na política brasileira são comuns e perpassam a história republicana. Nos regimes civis ou militares, constitucionais ou discricionários, em praticamente todas as fases e épocas, a corrupção marcou presença no Estado brasileiro. Antes dos governos petistas, Collor e seus gastos pessoais cobertos com dinheiro escuso e, depois dele, a compra de votos para aprovação da emenda constitucional que assegurou a reeleição de FHC, ao custo de R\$ 200 mil por voto, com confissões gravadas e publicadas na *Folha de São Paulo*, para não se falar nas inúmeras suspeitas de corrupção no processo de privatizações, a chamada “privataria Tucana”.

Na era petista essa história não mudou, ao contrário, foi preservada. O que parece ter sido alterado é o impacto e a visibilidade desses casos na mídia e na sociedade brasileira e, principalmente, a maior capacidade de investigação e punição das instituições responsáveis por coibi-los, no lastro de uma legislação produzida, via de regra, como tímida resposta a tais escândalos.

¹ TRÊS grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País Brasil*, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 1º out. 2015.

Todavia, não se trata de discutir a corrupção pelo aspecto moral, como insiste a grande mídia mercantil. Mas, sim, compreender a função política da corrupção no governo petista. Se por um lado, a relação público-privado na sociedade brasileira tem sido marcada pela apropriação indevida dos recursos públicos, pelos políticos e seus aliados no empresariado, por outro, era legítima a expectativa geral de que o Partido dos Trabalhadores, devido a sua história, alterasse essa prática uma vez à frente do governo, ainda mais levando em conta sua sistemática postura de denúncia da rouboalheira e pela exigência de ética na política, que marcavam essa legenda antes de chegar aos postos de comando do Estado.

Nos últimos anos, todavia, o que assistimos a respeito pode ser expresso como sendo o modo petista de corromper. Isso nos leva a questionar: - Seria a corrupção a contraface necessária de um governo nascido das forças do trabalho que se propõe a governar com e para o capital, ainda que, assegurando um mínimo de redistribuição de renda?

Se assim for, talvez se possa explicar a incorporação e aprimoramento da prática tucana de comprar apoio parlamentar (a exemplo da reeleição de FHC e do governo de Eduardo Azeredo em MG) ao que viria a ser chamado Mensalão do PT. O fato é que a corrupção se apresenta de forma generalizada nas instâncias estatais e perpassa praticamente a todos os partidos com funções executivas, levando a supor que seja um traço sistemático do sistema político, umbilicalmente relacionado aos interesses empresariais e à própria reprodução do capital, na sua relação com o Estado.

A corrupção, nesse sentido, pode ser vista como um traço característico das relações entre o sistema político e os interesses empresariais. No Brasil, ela é favorecida pelo financiamento empresarial de partidos e candidatos, estimulada pela tradição de impunidade e pela cultura de não diferenciação entre o público e o privado. Só algo tão enraizado poderia explicar o fato de, após a cúpula do partido governista e seus aliados serem processados e condenados na Ação Penal 470 (“mensalão”), seus substitutos e/ou correligionários terem dado sequência e aprofundado as mesmas práticas no seio das empresas estatais, mantendo o discurso da inexistência de crime e de responsabilidade de seus dirigentes.

Assim, cabe questionar se a corrupção nas empresas públicas também se explicaria pelo atendimento das necessidades dos aliados da base parlamentar? Seguramente. não foi simples para o governo petista costurar uma maioria no Congresso que assegurasse a governabilidade, sobretudo, nos períodos de crise, contando com uma clara má vontade dos grandes veículos da mídia nacional e dos próprios partidos aliados. As dificuldades se apresentam ainda

maiores quando se considera a composição dos interesses expressos nas bancadas do Congresso Nacional. Na atual composição da Câmara, segundo cálculos do deputado Chico Alencar (PSOL), a bancada das empreiteiras reúne 214 deputados eleitos por 23 partidos; a dos bancos soma 197 deputados espalhados em 16 legendas; a dos frigoríficos 162 parlamentares; e das mineradoras, 85 eleitos. A lista dos grupos de interesses ainda inclui os defensores do agronegócio, a máfia do futebol, das empresas de segurança e armas, da mídia mercantil, religiosos etc.

Diante disso, o quadro político do início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff pode representar um ponto de partida para entender o papel estratégico da corrupção na composição das bases de sustentação parlamentar dos governos na República brasileira. A operação Lava-Jato tornou-se, seguramente, o elemento central dessa conjuntura, ao desvendar e expor as engrenagens da corrupção nas empresas estatais a partir da Petrobras. Aí se explicitou, da forma mais transparente, toda articulação entre as grandes empresas, os partidos da base governista e até da oposição, o financiamento eleitoral e a forma de se conquistar a adesão dos líderes políticos. A amplitude das investigações foi possibilitada pelo ambiente jurídico e institucional, constituído, nos últimos anos, em função justamente de uma nova legislação produzida, após os seguidos escândalos de corrupção. Durante os governos petistas, cabe ressaltar, se produziu boa parte dessa legislação e a autonomia do Ministério Público e da Polícia Federal, sem o que as apurações atuais não seriam possíveis.

O aprofundamento das investigações no âmbito da operação Lava-Jato, ao expor o envolvimento das principais lideranças dos partidos aliados do governo no Executivo e no Legislativo, além de membros do partido da presidente, criou um clima extremamente inóspito para o governo na sociedade. Com o fim desse *modus operandi*, também a base parlamentar do governo passou a criar todo tipo de dificuldades. Como nas crises dos governos Sarney e FHC, a tentativa de contornar os problemas no Congresso passou por uma reforma ministerial com o objetivo de transferir às bancadas maiores parcelas de execução do orçamento aos políticos representantes dos blocos de interesses aí representados, sobretudo, aqueles ligados ao PMDB. Enfim, o “heterodoxo” método que permitia a maioria parlamentar, via mecanismos espúrios (Mensalão, Sistema de Pagamentos de Propinas por empresas da Lava-Jato), deixa o proscênio, dando lugar ao tradicional “feijão com arroz” do fatiamento do governo.

Sem um projeto de sociedade capaz de lutar pela hegemonia política junto aos setores populares, o governo liderado pelo PT navega, na crise atual, ao sabor dos interesses do grande capital financeiro e do agronegócio e, cada vez mais, com as costas voltadas para os grupos sociais que possibilitaram sua ascensão eleitoral.

INCONCLUSÕES: AS CRISES ECONÔMICAS E POLÍTICA EM CURSO

Impactado fortemente pela crise mundial e pelos efeitos econômicos da Operação Lava-Jato, o Brasil registra em 2015 o crescimento da inflação, desta vez, impulsionada pelos preços da energia elétrica e dos combustíveis. O represamento dos preços administrados e até a redução das tarifas de energia, ainda em 2012, desencadeou uma forte pressão sobre os preços ao consumidor, afetando o poder de compra dos assalariados.

A redução de tarifas de energia, em 2012, acabou levando o governo a socorrer as distribuidoras, repassando dinheiro do Tesouro a essas empresas. Em 2015, esses repasses foram abolidos e as tarifas de energia subiram em até 58% em Porto Alegre e São Paulo; em Vitória e Curitiba, os reajustes superaram os 80%. Evidentemente, a crise climática e a queda do nível de água nos reservatórios das hidroelétricas não justificam o problema, embora tenham contribuído para agravá-lo, o que fica mais evidente com o retorno das chuvas ao Centro-sul.

No setor de combustíveis, as medidas anticíclicas do governo Dilma também eram na mão. Os preços dos combustíveis praticados pela Petrobrás mantiveram-se congelados artificialmente por todo ano de 2014, numa decisão influenciada também pela disputa presidencial, apesar das dificuldades financeiras da estatal. Mais uma vez, quando soou a hora de recompor o caixa da empresa e o preço da gasolina disparou nas bombas, ao mesmo tempo em que o da energia elétrica, o resultado foi sentido pela população na inflação dos preços em geral, projetando um índice próximo de 10% para 2015. O aumento de preços em setores tão sensíveis obriga as empresas e prestadores de serviços a repassar esses custos aos clientes. Em decorrência, caem as vendas e as receitas e a arrecadação de impostos despenca. Enfim, aos problemas externos somaram-se medidas infelizes no campo econômico as quais, em parte, podem explicar a crítica situação em que Dilma começou o seu segundo mandato.

A crise econômica que afeta as empresas e a população, de uma maneira geral, tem forte relação com os escândalos de corrupção da Petrobras, mas não foi por eles criada. De todo

modo, não há como negar os seus efeitos econômicos sobre os setores de petróleo, gás e construção pesada, os mais importantes da economia brasileira. Nesse sentido, o governo informou que a Operação Lava-Jato terá impacto na economia brasileira, derrubando o PIB em 1% em 2015.¹ As perdas se estendem aos salários, à queda na geração de impostos, à redução de investimentos pela Petrobrás, entre outros. Quanto aos salários, calcula-se que haverá uma queda de R\$ 22,4 bilhões, enquanto a arrecadação de impostos pode perder cerca de R\$ 9,4 bilhões e, o mais preocupante, os empregos podem ser reduzidos em até 1,9 milhão.²

Todavia, os problemas econômicos do país não se resumem ao problema em torno da Petrobras. Nas transações com o exterior, observa-se um desequilíbrio significativo. Como observa José Márcio Camargo, economista e professor da PUC-Rio, “Hoje temos um déficit de 4,5% do PIB, e sempre que ele chegou a 4,5% ou 5%, tivemos problemas. Foi assim na década de 80 e fim dos anos 90”.³

Nesse contexto, Dilma, que havia mantido os juros baixos em parte do seu primeiro mandato, agora enfraquecida politicamente e acuada pela crise econômica, passou a aplicar a política de juros recomendada pelo capital especulativo, aumentando seguidas vezes a taxa básica, a Selic, a pretexto de controlar a inflação. Isso, num momento em que a carestia é majoritariamente decorrente do reajuste de preços administrados pelo governo, o que tornam inócuos esses aumentos da Selic. Assim, de fato, consegue apenas restringir o crédito e elevar o custo da dívida interna, que drenou, já em 2014, 45,1% das receitas federais para o ralo da especulação.

A sequência de aumentos nos juros, ao contrário de combater a inflação, freia os investimentos e o consumo, aprofundando a recessão, pois derrubam o emprego e a renda disponível, o que por sua vez leva a um novo corte nos investimentos, realimentando o ciclo da crise. Em síntese, temos carestia em alta, renda real em queda, endividamento da população e das empresas, vendas em geral em queda, indústria encolhendo (há 4 anos) e

¹ EFEITOS ruins da Lava Jato derrubaram 1 ponto do PIB, diz Dilma a ministros. *Folha de S. Paulo*, 27 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1661139-lava-jato-derrubou-1-ponto-do-pib-diz-dilma-a-ministros.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2015.

² Cf. *Blastingnews* (Brasil). Impacto da operação Lava Jato conforme o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gesner Oliveira. Disponível em: <<http://br.blastingnews.com/economia/2015/08/impacto-da-operacao-lava-jato-no-pib-pode-passar-de-r-140-bilhoes-00512687.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

³ *Gazeta do Povo*, 12 ago. 2015. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/ra/media/Pub/GP/p4/2015/08/12/Economia/Graficos/Vivo/WEB_crise_longa.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

desemprego em forte elevação (7,9% da PEA). O ano de 2015 pode fechar com a economia encolhendo mais de 3% e a inflação em torno de 10%. O cenário é preocupante.

Para o aprofundamento da crise econômica certamente contribuiu a crise política, que por sua vez, pavimentou o caminho para o pacote fiscal antitrabalho, numa tentativa do governo de se agarrar aos interesses hegemônicos e assegurar o seu apoio contra os projetos de impeachment da oposição, que busca golpear o controle petista da máquina estatal. Nesse contexto, os impactos do ajuste fiscal apregoados desde sempre pelos neoliberais foram duramente sentidos pelos trabalhadores, já em fevereiro de 2015.

Guiada por Joaquim Levi (seu ministro da Fazenda e alto dirigente do Bradesco), Dilma promoveu mudanças nas regras de concessão dos benefícios previdenciários, atingindo 49 milhões de pessoas, que deixariam de ter acesso ao seguro desemprego, 23 milhões de pessoas ao abono salarial e 600 mil pescadores, no caso do seguro-defeso, conforme registrou a CUT.¹ Enfim, na crise, a prioridade ao capital financeiro foi mantida intacta, ao tempo em que recaía sobre a classe que vive do seu trabalho todo o ônus. Enquanto isso, no Congresso, onde a capacidade dirigente do governo foi desmontada, avança a pauta conservadora, com a redução da maioria penal, a tramitação dos estatutos da Família e do Nascituro, do novo Código da Mineração, dentre outras iniciativas reacionárias e antipopulares.

Por tudo que vimos, necessário se faz relativizar a hipótese de Márcio Pochmann (2015), segundo a qual a crise econômica foi construída politicamente. Para ele, “nós não tínhamos uma crise na economia brasileira no ano passado, nós tínhamos problemas como praticamente todos os países têm. Mas então por que dizemos que há uma crise econômica no Brasil? A nosso ver, ela foi construída por uma crise política que se estabeleceu em função do resultado eleitoral”. Ou seja, a crise econômica pela qual passa o Brasil seria consequência da vitória apertada nas últimas eleições.

Em outra perspectiva, compreende-se a crise política como um momento de desorganização da hegemonia política petista (ainda que uma “hegemonia às avessas”), o que se evidencia pela inexistência, nesse contexto, de um ‘sistema eficiente de defesa’ do governo por parte dos setores populares e da sociedade civil como um todo. Os movimentos sociais, quando

¹ A PUNHALADA fiscal de Levy e Dilma. *Carta Capital*, São Paulo, 18 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/833/punhalada-fiscal-5133.html>>. Segundo a CUT, “[...] entre 40% e 50% dos trabalhadores formais (49 milhões de indivíduos) são demitidos depois de seis meses a um ano de serviço e não terão acesso ao benefício. A eliminação do abono salarial prejudica os 23 milhões de remunerados com no máximo dois salários mínimos. O aumento do rigor na concessão do seguro-defeso afeta boa parte dos 600 mil pescadores artesanais do País.”

protestam, fazem questão de denunciar a pauta conservadora do Congresso Nacional, mas, também condenar as políticas adotadas durante a crise ou ao longo do governo. Assim, o que não tem sido dito sobre a atual conjuntura é que ela reflete as contradições do modelo de desenvolvimento — voltado ao capital especulativo, a agro-minero-exportação, a transferência de recursos e patrimônio do Estado aos rentistas via sistema da dívida pública —, motivo pelo qual se impõe um duro ajuste fiscal a sociedade e aos trabalhadores. Enfim, na crise e impossibilitado de continuar “comprando” sustentação parlamentar, o governo claramente abraçou o capital, afastando-se da base social popular, ao mesmo tempo em que não consegue mais coordenar o jogo no Congresso Nacional.

Desse modo, a crise atual pode vir a pavimentar o fim da hegemonia petista sobre as classes trabalhadoras, sobre os seus movimentos sociais e, principalmente, o fim da “hegemonia às avessas” sobre o sistema político. De todo modo, não se deve omitir o risco disso representar retrocessos às políticas em curso? Afinal, após a era petista podemos voltar a um domínio neoliberal completo, algo já conhecido e rechaçado pelos brasileiros. De qualquer forma, a superação do ciclo petista deve abrir uma nova espiral de lutas sociais — pressupondo que não se admitirá a regressão de direitos e conquistas —, a busca de transformações mais amplas e políticas públicas essenciais de qualidade, cujos impactos sobre o sistema político e sobre as organizações sociais, serão objeto de discussão em outras edições dos Cadernos.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Rodrigo; FATTORELLI, Maria L. *Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal executado*. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 1º out. 2015.
- BANCO CENTRAL (Brasil). Relação de *dealers*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/dealers/principal.asp>>. Acesso em; 1º out. 2015;
- BRASIL. Receita Federal. *Relação de dealers*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/dealers/principal.asp>>. Acesso em: 1º out. 2015;
- BRASIL. Receita Federal. *Títulos selecionados pelos dealers para o período de 10/08/2012 a 31/01/2013*. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/dealers/Titulos_Selecionados_10_ago_12_31_jan_13.pdf>. Acesso em: 1º out. 2015.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. China: a grande marcha do desenvolvimento. *CartaCapital*, São Paulo, 25 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/864/a-grande-marcha-do-desenvolvimento-2667.html>>. Acesso em: 1º out. 2015.
- BENJAMIN, Cesar. Conceito de uma nova estrutura social não convence [entrevista]. *Revista do Instituto Humanista Unisinos* on-line, São Leopoldo, v. 8, n. 270, 25 ago. 2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2076&secao=270>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- DEPOIS dela, o quê: editorial. *Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 232, 2008.
- CHESNAIS, François. *As dívidas ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*. Cidade: Ed. Temas e Debates, 2012a.
- CHESNAIS, François. Estamos navegando em águas nunca dantes navegadas. *Carta Maior*, 20 jul. 2012b. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Chesnais-Estamos-navegando-em-aguas-nunca-dantes-navegadas-/7/25678>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil*. Brasília, 2014.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Relatório dos conflitos no campo Brasil 2014*. Goiânia: 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=23>>. Acesso em: 12 set. 2015.
- CRONOLOGIA da crise. *BBC Brasil*. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090902_aftershock_timeline_noflash.shtml>. Acesso em: 12 set. 2015.

FATTORELLI, Maria Lucia. A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado *Carta Capital*, São Paulo, 2015. Entrevista por Renan Truffi. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>>. Acesso em: 1º out. 2015.

FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A.; GONÇALVES, Elienai C. *Governança da terra no século XXI: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil*. Framing the Debate Series, no. 2. ILC, Roma, 2012, p. 52.

FERREIRA, Murilo. Brasil está preso na sua situação política. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 set. 2015. Resposta em painel do Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4225996/brasil-esta-presosua-situacao-politica-diz-presidente-da-vale>>. Acesso em: 20 set. 2015.

HOBBSBAWM, Eric. Crise expõe perigo de fortalecimento da direita: entrevista. *BBC Brasil*, 21 out. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081021_hobsbawncrise_fp.shtml>. Acesso em: 11 dez. 2008.

MARIA Lúcia Fattorelli: a brasileira que audita a economia grega para o Syriza. *Carta Maior*, São Paulo, 30 mar. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Maria-Lucia-Fattorelli-a-brasileira-que-audita-a-economia-grega-para-o-Syriza/7/33158>>. Acesso em: 1º out. 2015.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. *Revista Outubro*, n. 4, fev. 2000.

NABUCO, Paula. As 'recentes' greves na China. *Revista Outubro*, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/as-recentes-greves-na-china/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH; Labur Edições, 2007.

PAULANI, Leda M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil: dossiê crise internacional II. *Estudos Avançados On-line*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142009000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2013.

POCHMANN, Márcio. Aumento de renda não significa elevação social. *Último Segundo*, 30 out. 2013. Entrevista. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-10-30/aumento-de-renda-nao-significa-elevacao-social-diz-marcio-pochmann.html>>. Acesso: 21 set. 2015.

POCHMANN, M. Crise econômica foi construída. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 1º jun 2015. Entrevista por Fernando Guimarães. Disponível em: <http://www.smetal.org.br/noticias/crise-economica-foi-construida-diz-marcio-pochmann/20150601094742_D_506>. Acesso em: 16 set. 2015.

POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, nov. 2013. (Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002013000300003&script=sci_arttext&tlng=e.s.%2010.1590/S0101-33002013000300003>. Acesso em: 7 out. 2015.

WOLF, Martin. Risco de quebra do crescimento chinês. *Valor Econômico*, 2 set. 2015. Tradução de Rachel Warszawski. O autor é editor e principal analista econômico do *Financial Times*.

ABSTRACT